

O presente trabalho pretende analisar as representações da Colônia do Sacramento na historiografia brasileira e os usos teóricos feitos da obra *Historia Topografica e Belica da Nova Colonia do Sacramento*² de Simão Pereira de Sá.

Para a análise da discussão historiográfica feita em torno da Colônia do Sacramento fiz uso de diferentes categorias de produções historiográficas, como obras da historiografia tradicional, trabalhos acadêmicos e paradidáticos, além de livros didáticos. Busquei trabalhar com uma historiografia mais recente, e para ter um trabalho mais amplo e completo, localizei muitos dos trabalhos antigos citados nesta historiografia mais atual, para traçar um paralelo entre eles. A seleção dos livros didáticos se deu através de um procedimento simples: selecionei todos os livros de ensino fundamental e médio disponíveis em uma biblioteca de um colégio particular de Curitiba.

Um dos autores selecionados para analisar neste trabalho é Walter Spalding. Nascido em 1901, em Arroio dos Ratos, Spalding foi historiador e chegou a ser membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, sendo um autor de linha mais tradicional na escrita da história. Uma de suas obras foi selecionada para se trabalhar no presente artigo, sendo ela a *Gênese do Brasil-Sul* (1953).

² SÁ, Simão Pereira de. *Historia Topografica e Belica da Nova Colonia do Sacramento do Rio da Prata, Escrita por Ordem do Governador e Capitão Geral do Rio de Janeiro em 1737 e 1777*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.

Na obra *Gênese do Brasil-Sul*, Spalding argumenta que a expansão portuguesa para a fronteira sul se deu efetivamente após 1737 – portanto, o autor ignora as duas primeiras colonizações portuguesas da Colônia do Sacramento, de sua fundação em 1680 a 1705, e de 1715 a 1737, a partir da fundação da vila de Rio Grande de São Pedro. Ele aponta a fundação de Sacramento em 1º de janeiro de 1680, mas para o autor, até 1737 viveu-se um período de dominação castelhana no território do Rio Grande do Sul, e Sacramento teve pequena importância nesta expansão, sendo a vila de Rio Grande de São Pedro mais decisiva na colonização do sul da colônia. Sacramento serviu, para ele, como meio de fazer o desconhecido Rio Grande³ começar “a ser desbravado e conquistado para a Coroa portuguesa”⁴.

Segundo Spalding, Sacramento tinha pouca força para efetivamente atrair o povoamento do continente de Rio Grande. Para o autor, esta colonização se deu efetivamente através do descobrimento do gado bovino e equino da região,

podendo-se, mesmo, afirmar que foi graças a êsse gado que Portugal ficou de posse da capitania, pois a questão da Colônia, embora surgida mais ou menos simultaneamente à busca do gado, pouco teria influido, no seu povoamento central, não fôsse êsse elemento ambicionado, verdadeiro ouro ambulante que encheu de cobiça tôdas as classes sociais de então, formando um tipo à parte, *sui generis*, - o gaúcho-soldado-povoador, - legítimo fronteiro,

³ SPALDING, Walter. *Gênese do Brasil-Sul*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1953. p. 20.

⁴ Idem, p. 20.

autêntico herói na luta contra invasores e na manutenção dos lindes brasileiros do extremo meridional. [SPALDING, 1953, p. 30]

Embora a Colônia do Sacramento não tenha alcançado a posição de uma importante vila de colonização por sua situação fronteira e de constantes invasões castelhanas, ela atraiu a colonização para o extremo sul da colônia portuguesa, tanto pela sua localização e importância como posto comercial, quanto de fato pela grande quantidade de gado vacum e pelos ótimos pastos dos pampas. Negar isto é tendencioso, como vemos Walter Spalding ser. O autor foi membro do IHGB e do IHGRS, e como membro destes Institutos, é defensor de uma história com uma visão mais tradicionalista, defensora das origens portuguesas de nosso país, dedicada a exaltar as qualidades portuguesas e a ignorar qualquer influência “estrangeira” na nossa formação.

A negação da importância da Colônia do Sacramento enquadra-se na exaltação portuguesa em detrimento do outro, pois embora tenha tido grande importância para a Colônia Portuguesa no século XVIII, Sacramento é um território perdido aos castelhanos, portanto, menos digna de lembranças e honras. Para o autor, a construção do estado do Rio Grande do Sul se deu através dos esforços “daqueles outrora pacíficos e serenos tropeiros lagunenses e paulistas, aliados, a partir de 1752, aos não menos pacíficos, bondosos e serenos

açorianos que as ilhas nos mandaram como dádiva dos céus.”⁵

A obra onde consta a emblemática frase sobre a Colônia do Sacramento “ninho, antes de contrabandistas que de soldados” de Capistrano de Abreu também foi selecionada para figurar neste artigo. Capistrano de Abreu nasceu em 1853, e com 22 anos seguiu para a corte no Rio de Janeiro em busca de um lugar entre os homens letrados que ali se encontravam. Sua escrita da história teve grande influência da obra de Francisco Adolfo de Varnhagen - importante membro do IHGB, e também prezava por uma história nacionalista e tradicionalista.

Em *Capítulos da História Colonial - de 1500 a 1800*, Abreu trata a Colônia do Sacramento de maneira pejorativa e desdenhosa. A valorização da constituição de uma identidade nacional, de um estado-nação ao final do século XIX e início do século XX levaram à supervalorização do processo de expansão e conquista territorial, sendo Sacramento um território perdido, portanto motivo de vergonha e alvo de desmerecimento e esquecimento quando possível.

No capítulo onde Capistrano de Abreu cita a Colônia do Sacramento, há um claro desmerecimento da mesma, mas mais do que isto, a narrativa gira praticamente em torno de avanços diplomáticos e conquistas territoriais, onde Sacramento aparece apenas nos momentos em que sua presença é inevitável para a veracidade dos fatos narrados.

Além de não valorizar o território perdido aos castelhanos, Abreu desdenha dos homens que viveram em Sacramento, pois se a

⁵ SPALDING, Walter. *Gênese do Brasil-Sul*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1953. p. 31.

mesma era para ele “um ninho de contrabandistas”, não há como imaginar que ele tenha valorizado os portugueses que tentaram povoar Sacramento. Para o autor, em Sacramento - inclusive - se deu origem a um terrível tipo que povoou os pampas riograndenses: o gaúcho. Diferentemente de Walter Spalding, em que vemos o gaúcho descrito como o homem bravo, o corajoso, que através de sua espada e montaria conquistou e preservou o continente do Rio Grande, em Capistrano de Abreu o gaúcho é descrito como uma criatura vil, “originários da margem esquerda do Prata [...] e ainda não assimilados de todo à civilização”⁶. Sua repulsa e recusa a tudo aquilo que não mais faz parte do todo nacional o leva a evitar o que pode ter tido influências não portuguesas e se possível, esquecer totalmente.

Um livro atual de historiografia selecionado para analisar aqui é da historiadora Ieda Gutfreind. A autora é mestra em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo.

Em seu livro *A Historiografia Rio-grandense*, vemos que Gutfreind se propõe a fazer um levantamento da produção sobre a história gaúcha, pois ela via a necessidade de um trabalho mais completo sobre o assunto. Porém, já na introdução do livro percebemos as escolhas da autora em sua seleção de trabalhos a serem analisados, e vemos que a colonização portuguesa da região do Rio da Prata não é considerada o pontapé do surgimento do Rio Grande do Sul. Os autores

⁶ ABREU, Capistrano. *Capítulos da História Colonial - 1500 - 1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, p. 186.

selecionados por Gutfreind são - em sua maioria - defensores da história lusa do Rio Grande e, portanto, ignoram as interações com os castelhanos no extremo sul meridional da colônia portuguesa, que foi o efetivo ponto de interesse que levou os portugueses a colonizar o *continente do Rio Grande*.

A autora apresenta brevemente o dualismo que separa a historiografia riograndense por ela analisada em seu livro. De um lado estão a maioria dos autores, que defendem a matriz lusa na concepção do estado gaúcho. O primeiro defensor da matriz lusa em negação às influências platinas na gênese do Rio Grande do Sul foi o historiador Aurélio Porto, na década de 20 do século passado. Segundo a autora, “Souza Docca dá continuidade e desloca o discurso, tornando-o mais convincente, Othelo Rosa expande e aprofunda a matriz lusitana, cabendo a Moysés Vellinho seu aprimoramento linguístico e literário, finalizando sua trajetória”⁷, sendo portanto este o trajeto que o discurso criado por Porto toma nas mãos de outros historiadores. Do outro lado estão alguns poucos autores que defendem as influências castelhanas na formação do estado e de seu povo - a matriz platina -, levando em consideração o período de convívio às margens do Rio da Prata e as Missões Jesuíticas fundadas por jesuítas espanhóis no século XVII.

Embora apresente alguns autores que defendam a matriz platina do estado do Rio Grande do Sul, nota-se que a autora também tende à matriz lusa, pois num livro sobre historiografia riograndense

⁷ GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-Grandense*. 2ª ed. - Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998, p. 45.

não há um único capítulo que trate a Colônia do Sacramento e sua importância na empresa lusa de colonização do extremo sul meridional. Embora tenha sido uma região de efervescente contato com os castelhanos e tenha se tornado território espanhol depois de um século de disputas bélicas e diplomáticas, Sacramento foi fundada pelos portugueses na sua campanha de expansão territorial no final do século XVII.

Outro autor que fora membro do IHGRGS selecionado para ter uma obra analisada por mim neste artigo foi Moysés Vellinho e seu livro *Fronteira*. Vellinho nasceu em 1902, em Santa Maria, e faleceu em 1980, em Porto Alegre. Em sua obra vemos a defesa da matriz ideológica lusa na formação do Rio Grande do Sul. Carina Santos de Almeida⁸ caracteriza esta busca pela matriz lusa na formação do estado gaúcho como uma forma de encontrar uma unidade regional com o todo do Brasil e portanto “consolidar a unidade nacional”⁹, sentimento importante num contexto de consolidação de um Estado Nacional e sua identidade.

Embora trate da consolidação das fronteiras gaúchas, Vellinho mal trata do início da colonização do extremo sul da colônia a partir da fundação de Sacramento. Laguna é muito mais importante neste processo expansionista para Vellinho do que Sacramento. O autor aponta inclusive mais o grande espaço territorial vazio entre Laguna e

⁸ ALMEIDA, Carina Santos de. O debate historiográfico entre Moysés Vellinho e Manoelito de Ornellas. *Spartacus - Revista Eletrônica dos Discentes de História*, 2007.

⁹ Idem, p. 2.

Sacramento do que a importância dessa praça. Os pedidos de povoamento deste espaço territorial aparecem mais enfatizados do que a importância estratégica de Sacramento, embora o autor aponte brevemente que “apesar de perdido na distância, a função estratégica do escravo lusitano se mantinha a mesma, por certo”¹⁰.

Embora cite Sacramento, pois seria impossível tratar da formação das *fronteiras* gaúchas sem citá-la, Vellinho o faz superficialmente, preferindo dar enfoque nas colonizações que deram certo, bem como na atitude dos *nobres portugueses* que lutaram para estabelecer estas fronteiras e impedir o avanço castelhano. Um bom exemplo disso é a narrativa sobre o cerco castelhano de 1735-37. Vellinho aponta a tentativa de socorro à praça com o envio de José da Silva Paes à mesma, com reforços e mantimentos, tendo o plano todo sido arquitetado primeiro no Rio de Janeiro e consolidado em Laguna, mas o plano falhara. A tentativa de se livrar do cerco espanhol não deu certo, e para não reconhecer uma derrota militar lusa, as intempéries do tempo foram responsabilizadas, a fim de preservar o nome e a honra dos homens portugueses.

Sua valorização do luso em detrimento do castelhano reafirma sua matriz lusa na formação do Rio Grande do Sul, pois seria inadmissível que os portugueses perdessem Sacramento em batalha aos castelhanos. Mais digno é colocar a natureza e suas peças lançadas contra os portugueses como culpadas de seu fracasso na tentativa de

¹⁰ VELLINHO, Moysés. *Fronteira*. Porto Alegre: Editora Globo, 1975, p. 15.

findar o cerco a Sacramento.

Do historiador e militar Riograndino da Costa e Silva selecionei o livro *Notas à margem da História do Rio Grande do Sul* (1968). As informações que obtive do autor foram encontradas na orelha do livro. O autor dedicou grande parte de suas pesquisas à história do Rio Grande do Sul e foi membro efetivo do IHGRGS.

Neste livro, vemos que Costa e Silva perpassa a Colônia do Sacramento apenas quando é inevitável falar da mesma. Um dos subcapítulos de seu livro tem por título “A primeira povoação fundada à margem do Canal”, onde o autor tratará sobre as povoações portuguesas no *continente*, o que nos dá margem para supormos que trataria da fundação da Colônia do Sacramento em 1680, mas esse prefere considerar como primeira povoação a fundação de um pequeno núcleo populacional pelos lagunistas, em 1725, tendo em João de Magalhães o homem à frente desta incursão.

O autor ignora os 45 anos prévios da existência da Colônia do Sacramento, provavelmente por ela atualmente ser território uruguaio, mas até 1777 Sacramento era território português, mesmo sendo constantemente disputada com Castela. É compreensível que Sacramento não figure como a primeira povoação do Rio Grande do Sul, pois hoje Sacramento é território uruguaio. Entretanto, ignorar o ímpeto português de colonizar o território oriental do Prata para impedir o avanço castelhano por estas terras, e ter acesso ao lucrativo comércio vigente no Rio da Prata, e os esforços - mesmo que pequenos - de tornar

Sacramento mais ligada ao restante da Colônia, com a fundação do forte Jesus, Maria e José em 1737, que viria a ser Rio Grande de São Pedro, é algo muito arbitrário da parte do autor.

No trabalho do professor Fábio Kühn intitulado *Breve História do Rio Grande do Sul* vemos um posicionamento diferente em contraponto ao posicionamento historiográfico de Ieda Gutfreind e dos autores tradicionalistas em relação à importância da interação lusa com os castelhanos no extremo sul do continente. O autor critica duramente os trabalhos que supervalorizam “as rivalidades e a exclusão entre povoadores hispânicos e lusitanos”¹¹ em favor do mito da construção totalmente lusa do Rio Grande do Sul, sem as influências hispânicas - que foram grandes, não há como negar. O autor critica Moysés Vellinho e sua obra *Fronteira*, alegando que a construção que se faz nesta obra é uma tentativa de demonstrar na gênese do estado gaúcho a presença apenas de ilustres homens portugueses, que trabalharam e lutaram para que aquele pedaço de chão fosse português, e conseqüentemente brasileiro. Esta construção de Vellinho exclui a história de locais que tiveram o predomínio castelhano em sua origem, como os Sete Povos das Missões. Para Fábio Kühn, esta negação da influência castelhana faz parte da visão da história tradicional, que via que

o Rio Grande estaria historicamente determinado a ser brasileiro, o que fazia com que tudo que pudesse lembrar as inegáveis influências platinas

¹¹ KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. 2ª edição. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004, p. 25.

(castelhanas) fosse minimizado ou mesmo omitido. Um bom exemplo é a história dos Sete Povos das Missões, que não é considerada como parte da história do Rio Grande do Sul simplesmente porque os jesuítas estavam a serviço da Coroa espanhola. [KÜHN, 2004, p. 26]

Para Kühn, a compreensão da fronteira sul da colônia portuguesa deve ser feita através da aceitação de que não havia um limite claramente estabelecido, pois a fronteira precisa ser compreendida como em constante movimento durante o período colonial, “com intensa circulação de homens e mercadorias, em um contexto demográfico heterogêneo e numa conjuntura de instabilidade política”¹².

Sobre a Colônia do Sacramento, Fábio Kühn apresenta um breve histórico sobre sua fundação em 1680 como reação ao fim da União Ibérica e à conseqüente expulsão dos portugueses de Buenos Aires, além de seu afastamento do lucrativo comércio com os castelhanos. O autor ainda afirma que, além dos interesses comerciais, Sacramento foi fundada como um trunfo português, para servir como moeda de troca com os castelhanos quando fosse conveniente, o que acabou por acontecer quando, em troca de Sacramento, os portugueses exigiram a retirada dos jesuítas espanhóis dos Sete Povos das Missões, embora este acordo não tenha sido de fácil execução devido à resistência dos índios e dos jesuítas que ocupavam este território.

O autor contextualiza todos os movimentos de tomada e

¹² Idem, p. 27.

retomada da Colônia do Sacramento entre portugueses e espanhóis que foram realizados ao longo do século XVIII, além de todos os acordos diplomáticos assinados entre as duas coroas, embora estes fossem muitas vezes desobedecidos nas colônias. O último tratado firmado foi o de Santo Ildefonso, em 1777. Este tratado “previa a entrega definitiva da Colônia aos espanhóis, sem nenhuma contrapartida”¹³, o que colocava Portugal em desvantagem em relação a Castela. O valor do continente do Rio Grande era significativo para os portugueses, embora estes só tenham conseguido a posse da região das Sete Missões após a expulsão dos jesuítas (1768).

O historiador Fabrício Prado faz parte de uma geração livre das dores e das ideologias nacionalistas e, portanto, escreve uma obra sobre Sacramento menos parcial, buscando dar os devidos créditos a esta praça que foi fundada às margens do Rio da Prata. Em sua dissertação¹⁴, que posteriormente virou livro, Fabrício Prado busca reinserir a Colônia do Sacramento na história do Brasil e dar a ela o devido valor que a mesma teve na história do Brasil colônia, no avanço para o extremo sul e nas relações comerciais e diplomáticas entre Portugal e Castela.

Fabrício Prado busca - em muitos momentos - reconstruir uma boa imagem para Sacramento, pois a mesma havia sido denegrada por muitas décadas através da historiografia nacionalista, fazendo com que a mesma fosse inclusive excluída totalmente da nossa história. O autor busca demonstrar toda a importância comercial e estratégica de seu

¹³ Idem, p. 38.

¹⁴ PRADO, Op. cit.

posicionamento, bem como sua vida cotidiana e as relações com Buenos Aires, voltando-se para uma matriz historiográfica que aceita as influências castelhanas na constituição do Rio Grande do Sul, e mais ainda na própria Colônia.

Por fim, selecionei 4 livros didáticos para Ensino Fundamental e Médio¹⁵ disponíveis na biblioteca aos alunos de uma escolar particular em Curitiba.

No livro de Nelson Piletti (7ª série), vemos a expansão ao extremo sul da colônia como consequência da grande quantidade de gado *vacum* “selvagem” presente na região. Para o autor, “portugueses e paulistas começaram a se estabelecer [no sul], aproveitando o gado disperso que lá ficara após a destruição das Missões”¹⁶, ignorando portanto o fato dos Sete Povos das Missões terem sido destruídos depois do Tratado de Madrid, em 1750, e que os portugueses avançaram para o sul a partir da fundação da Colônia do Sacramento, 1680. As fundações de Laguna (1676 ou 1684 - as datas divergem) e de Rio Grande de São Pedro (1737) fizeram parte deste processo expansionista português ignorado por Piletti. O autor até chega a citar a assinatura dos tratados de Utrecht (1715), de Madrid (1750) e de Santo Ildefonso

¹⁵ BOULOS JUNIOR, Alfredo. Coleção História, Sociedade e Cidadania. Alfredo Boulos Junior. São Paulo: FTD, 2004, v. 3, 8º ano; FIGUEIRA, Divalte Garcia. Série Novo Ensino Médio: História, volume único. - São Paulo: Ática, 2007; PILETTI, Nelson. *História e vida integrada*: livro para análise do professor / Nelson Piletti, Claudino Piletti. - Nova ed. reform. e atual. - São Paulo: Ática, 2005, v. 3, 7ª série; RODRIGUE, Joelza Ester, *História em documento*: imagem e texto / Joelza Ester Rodrigue. - São Paulo: FTD, 2001. - (Coleção História em documento: imagem e texto) v. 2, 6ª série.

¹⁶ PILETTI, Op. cit., p. 43.

(1777), mas não contextualiza a assinatura destes tratados em relação às ações que levaram que os mesmos fossem acordados entre as Coroas Portuguesa e Espanhola. O autor praticamente ignora inclusive a existência dos Sete Povos das Missões e credita o início da povoação do sul ao período posterior ao ano de 1750, logo, tampouco trata da existência da Colônia do Sacramento e de sua relevância no período em que pertenceu ao Império Português.

Já no livro de Joelza Ester Rodrigue, sequer vemos os tratados assinados entre Portugal e Castela serem apresentados. Portanto, pode-se concluir que a colonização do sul da colônia também foi omitida em sua obra. Não há uma linha sequer que explique ou justifique a ida ao sul.

Na obra do autor Divalte Garcia Figueira, a fundação da Colônia do Sacramento é descrita como parte do processo expansionista português do século XVII que fundou Paranaguá (1648), Curitiba (1668), Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis - 1675) e Laguna (1676). O autor contextualiza o fato de que a fundação da Colônia do Sacramento foi vista como uma afronta pelos castelhanos de Buenos Aires, e por isso foi um território constantemente disputado belicamente.

Entre os quatro livros por mim selecionados, o que tem uma abordagem mais completa é o de Alfredo Boulos Junior. Em seu livro, Boulos Junior apresenta a Colônia do Sacramento como uma cidade de fundação portuguesa, fundada para suprir o desejo expansionista do

monarca português. O autor aponta que a região compreendida entre Sacramento e Laguna era considerada “terra de ninguém”, pois no século XVII não haviam espanhóis nem portugueses nessas terras.

A expansão e colonização mais efetiva do sul acontece a partir de 1730, segundo o autor, e só é empreendida devido à necessidade de gado para abastecer a região das Minas Gerais. Em seguida, o autor explica brevemente os tratados de Utrecht, de Madrid, de Santo Ildefonso e de Badajós (1801), além de contextualizar brevemente os termos de cada tratado no quesito de ganhos e perdas de terras da Coroa Portuguesa. Embora sua explicação seja sucinta como as dos outros dois autores que citaram Sacramento e a expansão ao sul, esta se faz de maneira mais completa e verídica, sem menosprezar Sacramento por ser um território perdido.

Com esta breve revisão historiográfica, nota-se que na historiografia nacionalista do final do século XIX e início do século XX há uma vergonha e um repúdio à história da Colônia do Sacramento enquanto território fundado por portugueses, mas perdido aos castelhanos. Ao compararmos um mapa do Brasil do século XVIII com um dos fins do século XIX, vemos de maneira clara a representativa expansão a oeste e ao sul, com muitos territórios conquistados que ultrapassam o limite do Tratado de Tordesilhas. A Colônia do Sacramento é um dos poucos - senão o único - território que fora perdido, portanto representa uma vergonha, e para tentar superar esta mácula, a historiografia nacionalista prefere denegrir ou simplesmente

ignorar sua existência e importância na História do Brasil Colonial.

Já nos trabalhos historiográficos mais recentes, como os de Fábio Kühn e de Fabrício Prado, vemos um rompimento com a historiografia nacionalista que tenta apagar Sacramento da nossa história e da nossa memória. Há, por outro lado, um resgate das origens e do valor da Colônia do Sacramento. Apesar desta revisão historiográfica mais recente, vemos nos livros didáticos por mim analisados, que se encontram escritos na última década, uma grande omissão da Colônia do Sacramento, quando não um silêncio total em relação à sua existência.

Os usos de Simão Pereira de Sá e da sua *Historia Topografica*

A dissertação de mestrado de Viviane Sueli Marques, intitulada *Edição semidiplomática de História topográfica e bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata, códice 677, da Biblioteca Nacional de Lisboa*¹⁷, é uma análise filológica e linguística que faz uso da obra de Simão Pereira de Sá - a crônica *Historia Topografica e Belica da Nova Colonia do Sacramento do Rio da Prata*. Embora a autora foque nas questões linguísticas, no primeiro capítulo de sua dissertação ela busca contextualizar historicamente o autor e sua obra, apresentando inclusive uma breve história da própria Colônia do

¹⁷ MARQUES, Viviane Sueli. *Edição semidiplomática de História topográfica e bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata, códice 677, da Biblioteca Nacional de Lisboa*. (Dissertação de Mestrado) - USP, São Paulo, 2008.

Sacramento.

Neste intuito de apresentar a história da Colônia do Sacramento e ressaltar a importância da obra de Pereira de Sá, Viviane Marques comete o erro de acreditar que as intenções do autor são desinteressadas. Embora não use Pereira de Sá como detentor da verdade, para *contar uma história*, a autora acredita em suas palavras e busca defendê-lo e legitimar a sua escrita através das palavras de José Honório Rodrigues, onde afirma que a obra tem um “estilo retórico, seu conteúdo é episódico e eventual, sem nenhum interesse social e econômico”¹⁸.

Na obra de Fabrício Prado anteriormente utilizada aqui vemos usos mais diretos de Simão Pereira de Sá e de sua crônica como detentoras da verdade. Embora o autor tenha uma visão e postura mais críticas e independentes do que a historiografia nacionalista, quando se trata do uso de Simão Pereira de Sá, Prado age de maneira no mínimo inocente. O autor cita a *Historia Topografica e Belica* algumas vezes em seu livro, de maneira a contextualizar o cotidiano da Colônia do Sacramento, mas isso sem levar em consideração quem foi Simão Pereira de Sá e quais foram as motivações de sua escrita. Embora na introdução o autor faça uso de maneira crítica e aponte alguns equívocos de Moysés Vellinho e Capistrano de Abreu ao denegrir a Colônia sem considerar diversos fatores importantes, no uso de Simão Pereira de Sá Fabrício Prado cai para o outro extremo: o uso da crônica

¹⁸ RODRIGUES, José Honório *apud* MARQUES, Op. cit., p. 15.

para “defender” Sacramento, para relocar Sacramento na nossa história e historiografia, mas sem um olhar crítico.

Alguns dos trechos de Simão Pereira de Sá utilizados por Prado podem ser considerados inocentes, ou pelo menos sem a grande exaltação aos portugueses e à Colônia do Sacramento como vemos em outros momentos, como, por exemplo, ao falar dos preparativos para tentar um contra-ataque aos castelhanos em 1737, onde Prado afirma que “Silva Paes desembarcou na barra do Rio Grande de São Pedro. Cristóvão Pereira e Domingo Fernandes, que haviam avançado com os preparativos de Laguna, o esperavam”¹⁹. Não há um uso exacerbado da retórica e de exageros linguísticos por parte de Simão Pereira de Sá, portanto não é um trecho perigoso para se basear.

Em outros momentos, entretanto, vemos toda a veia retórica de Simão Pereira de Sá em ação, e mesmo assim Fabrício Prado utiliza-se dos escritos desse de maneira acrítica. Ao referir-se ao início do governo de Antônio Pedro de Vasconcelos sob a Colônia do Sacramento, Prado faz a seguinte afirmação e uso de Pereira de Sá:

para a garantia da cidade, e buscando aumentar a segurança das adjacências das muralhas, consolidou-se, a partir do ano de 1722, sob a administração do hábil governador Antônio Pedro de Vasconcelos, obras de estruturação e fortificação da Praça. Buscou-se garantir a permanência dos povoadores e a manutenção do comércio [...] “...comessou a augmentar illustremente a Povoação, cingindo a Fortaleza de muralhas mais robustas. Cuidou o

¹⁹ PRADO, Op. cit., p. 54.

mesmo da fortificação e bem publico, civilizando os moradores, q. contra a necessaria regularidade seguião na construção dos edificios as propensões do interesse, os affectos da vontade”²⁰. [PRADO, 2002, p. 96]

Aqui Prado parece ignorar o trecho anterior do escrito de Pereira de Sá. Nos parágrafos anteriores, Pereira de Sá está a se referir a uma das batalhas travadas entre os portugueses e os castelhanos nas proximidades da Colônia. No contexto do texto, notamos que Pereira de Sá queria neste momento, mais do que elogiar a Colônia do Sacramento, elogiar o novo governador que nela fora estabelecido, buscando demonstrar que conquanto o último governador tivesse sido bom, esse seria ainda melhor.

Num outro trecho, Fabrício Prado, além de fazer uso indiscriminado da crônica de Simão Pereira de Sá, afirma que o relato *rico* “da realidade urbano-demográfica da praça” foi feito *in loco* por Simão Pereira de Sá, embora não apresente documentação para provar sua afirmação. Na realização deste trabalho procurei indícios da presença de Simão Pereira de Sá em Sacramento para a escrita de seu terceiro relato, mas nada foi encontrado. Em relação à própria crônica, Fabrício Prado comenta o trecho por ele utilizado nos seguintes termos:

pode-se inferir, a partir das impressões registradas por Simão Pereira de Sá, que a concentração demográfica que o núcleo urbano parece ter atingido foi alta, determinando seu crescimento nos arrabaldes extra-muros. Tal fato foi reflexo de um

²⁰ SÁ, Simão Pereira *deapud* PRADO, Op. cit., p. 96.

progressivo crescimento da importância da cidade em diversas dimensões para as comunidades da região. Sacramento possuía uma vida interna agitada, era um pólo de sociabilidade, comércio, prostituição, lugar de obtenção de bebida e tabaco... Colônia, ao longo da primeira metade dos 1700 tornou-se, progressivamente, um centro regional, integrado num complexo maior, do qual constituía apenas uma das partes: era a principal cidade-porto da Banda Oriental [PRADO, 2002, p. 104].

Fabrizio Prado, além de fazer uso indiscriminado e acrítico da crônica de Simão Pereira de Sá, comenta o trecho por ele citado atribuindo uma verdade inegável e inquestionável às palavras de Pereira de Sá. Prado parece ignorar que a crônica fora feita sob encomenda de Gomes Freire de Andrade, e tinha algumas finalidades em si, como provavelmente convencer a Coroa portuguesa do valor de Sacramento.

Da historiadora Martha Daisson Hameister selecionei dois trabalhos que fazem uso da crônica de Simão Pereira de Sá de maneira acrítica: “*O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relação e suas mercadorias semoventes (c. 1727 - c. 1763)*” e “*No princípio era o caos: a formação de um povoado na fronteira americana dos Impérios Ibéricos através do estudo das relações de compadrio*”²¹.

Os usos que Hameister faz de Simão Pereira de Sá são mais

²¹ HAMEISTER, Martha Daisson. *O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c. 1727 - c. 1763)*; HAMEISTER, Martha Daisson. *No princípio era o caos: a formação de um povoado na fronteira americana dos Impérios Ibéricos através do estudo das relações de compadrio*. *Revista de História Regional*, v. 15, 2010.

pontuais do que os vistos em Fabrício Prado. Em sua dissertação de mestrado, Hameister vale-se da *Historia Topografica e Belica* para apresentar Cristóvão Pereira de Abreu. Ali a autora usa diversos dos relatos e elogios vindos por parte de Pereira de Sá na descrição de Pereira de Abreu, sem - a princípio - levar em conta os interesses por trás de seu tom elogioso. A autora afirma que em seu texto “não se questionam aqui os atos de bravura e as atitudes singulares de Cristóvão Pereira de Abreu, pois assim procedendo, estariam sendo jogados fora os relatos e parte do juízo que dele faziam seus coevos”²² e que tais relatos foram inspirados em parte na obra de Simão Pereira de Sá, onde o autor, “ao contar as façanhas de Cristóvão Pereira de Abreu, empresta-lhe modos quase que sobre-humanos”²³, e que, por sua vez, nem mesmo os *modos quase sobre-humanos*, frutos da retórica exacerbada de Simão Pereira de Sá, foram indícios para a autora de que era necessário tomar cuidado com as palavras envolventes e cativantes de Pereira de Sá. A autora usa inclusive termos recorrentes na crônica de Pereira de Sá ao se referir a outros homens, os ditos “heróis da Sacramento sitiada”²⁴.

Embora pareça ingênua ao fazer tal uso de Simão Pereira de Sá, Hameister afirma posteriormente que é possível perceber o trabalho retórico de Simão Pereira de Sá, “que reforçando-se aspectos singulares e ‘esquecendo-se’ de outros, se obtém a legitimação para a própria

²² HAMEISTER. *O continente do Rio Grande de São Pedro*, p. 112.

²³ Idem, *ibidem*.

²⁴ Idem, *ibidem*.

hierarquização da sociedade em surgimento”²⁵. Por mais que a autora não se proponha a analisar as qualidades retóricas de Pereira de Sá, ela percebe as armadilhas habilmente traçadas por ele.

Já em seu artigo “No princípio era o caos: a formação de um povoado na fronteira americana”, o uso de Simão Pereira de Sá se limita a uma breve contextualização da Colônia do Sacramento na década de 1720, onde a autora aponta a riqueza da narrativa feita por Pereira de Sá nesta fase de colonização de Sacramento, o que não é necessariamente um exagero, pois a crônica de Pereira de Sá ganha outros ares em seu *Livro III*, onde o relato do autor é de fato rico e completo, embora deva-se olhar com cuidado os elogios e exaltações feitas por Pereira de Sá ao longo de toda sua crônica.

Outro autor que tem trabalhos voltados para a Colônia do Sacramento é Paulo César Possamai. A produção acadêmica de Possamai é quase inteiramente voltada para a Colônia do Sacramento, tendo diversos artigos sobre a mesma, além de sua tese de doutorado intitulada *O Cotidiano da Guerra: A vida na Colônia do Sacramento (1715-1735)*, à qual não tive acesso.

Para analisar os usos de Simão Pereira de Sá em Possamai, selecionei dois artigos deste autor²⁶ dos quais falarei brevemente a seguir. Em “A Colônia do Sacramento: Uma praça de guerra do Império

²⁵ Idem, p. 113.

²⁶ POSSAMAI, Paulo César. A Colônia do Sacramento: Uma praça de guerra do Império Colonial Português. *História em Revista*, Pelotas, v. 13, p. 9-28, 2007; POSSAMAI, Paulo César. De núcleo de povoamento a praça de guerra: a Colônia do Sacramento de 1735-1777. *Topoi*, v. 11, n. 21, p. 23-36, jul./dez. 2010.

Colonial Português”, Possamai se vale da crônica de Simão Pereira de Sá num único momento, enquanto ele traça paralelos entre as forças de defesa de Sacramento com outras empresas lusas, principalmente aquelas empreendidas no Oriente, como na Índia e no Marrocos. Segundo o autor,

também as atuações militares desastrosas ou as heróicas defesas dos muros de Sacramento encontram muitos paralelos com a história dos portugueses no Oriente. [...] O mesmo se pode dizer da atuação dos portugueses nas praças de guerra do litoral marroquino, em cujas muralhas muitas vezes as mulheres combateram ombro a ombro com os homens, como aconteceu na Colônia do Sacramento por ocasião do sítio espanhol. Em 1736, quando os inimigos tentaram tomar de assalto o povoado, segundo o cronista Simão Pereira de Sá, as mulheres “largaram as almofadas, e pegaram nas lanças, arrimando-se às muralhas com espíritos tão estranhos ao sexo, que pareceram acostumadas àquele robusto exercício”²⁷. [POSSAMAI, 2007, p. 23].

Embora possamos acreditar que de fato as mulheres pegaram em armas para defender a Praça e a si mesmas, é de se questionar a forma com que Pereira de Sá retrata tal evento. Acreditar que um cronista formado em Coimbra - portanto com uma educação bem tradicionalista - visse com um olhar elogioso mulheres às armas pelo simples fato destas estarem a defender sua Praça tão valorosamente quantos os homens é no mínimo ingenuidade.

²⁷ SÁ, Simão Pereira *apud* POSSAMAI, “A Colônia do Sacramento...”, p. 23.

Já no artigo “De núcleo urbano a praça de guerra: a Colônia do Sacramento de 1735-1777”, Possamai utiliza de maneira ainda mais indiscriminada e em diferentes momentos a crônica de Simão Pereira de Sá. O autor se vale da crônica para narrar episódios de desavenças entre soldados recém-chegados da Bahia em auxílio à Colônia e os moradores locais, as indisposições entre os comerciantes alocados aos líderes militares e soldados sob suas ordens que não os obedeciam, além da importante contribuição dos comerciantes à guerra. Possamai argumenta, baseando-se em Pereira de Sá, que aos comerciantes cabia a função “de fornecer empréstimos que possibilitassem ao governador Vasconcelos realizar o pagamento das tropas”²⁸, pois assim se evitaria a insubordinação dos soldados a seus superiores por insatisfação devido à falta de pagamento de seus soldos.

Os últimos usos da crônica de Simão Pereira de Sá se dão no sentido de relatar os dias de fome em que a Colônia do Sacramento se encontrava devido ao forte cerco imposto pelos castelhanos. Enquanto Pereira de Sá afirma que nem mesmo cachorros, gatos e ratos fugiam de servir de alimento aos moradores da Colônia, a linha de interpretação pode seguir em duas vias diferentes: na primeira, Pereira de Sá poderia querer demonstrar quão desesperadora estava a situação da Praça, a tal ponto de levar seus moradores a se rebaixar a tal ponto; na segunda poderia ser percebida uma maneira chocante e forte de exigir maiores esforços da Coroa no envio de tropas e mantimentos para que se

²⁸ POSSAMAI, Paulo César. “De núcleo de povoamento a praça de guerra...”, p. 27.

continuasse a defesa da Praça. Baseada no contexto em que Possamai insere tal texto, creio que ele se valeu da primeira interpretação, a mais fácil. Pereira de Sá apenas relatava um fato. Baseada em minha leitura e interpretação da fonte, acredito que Pereira de Sá pendia mais à segunda interpretação, na qual mostrava o valor dos homens e mulheres da Colônia mesmo em meios insalubres de vida, que continuavam lutando, e portanto mereciam ser ajudados a todo custo.

A partir da leitura de textos que utilizaram Simão Pereira de Sá como fonte, é possível notar o uso ingênuo e acrítico da sua crônica. Por mais elaborada que seja a retórica do autor, cabe ao historiador tentar compreendê-la e se livrar das armadilhas preparadas ao longo do caminho.

Referências

ABREU, Capistrano de. *Capítulos da História Colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2074

ALMEIDA, Carina Santos de. O debate historiográfico entre Moysés Vellinho e Manoelito de Ornellas. *Spartacus - Revista Eletrônica dos Descendentes de História*, 2007.

BOULOS JUNIOR, Alfredo. *Coleção História, Sociedade e Cidadania*. São Paulo: FTD, 2004, v. 3, 8º ano.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. *Série Novo Ensino Médio: História*, volume único. São Paulo: Ática, 2007.

GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-Grandense*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

HAMEISTER, Martha Daisson. *O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relação e suas mercadorias semoventes (c. 1727 - c. 1763)*. (Dissertação de Mestrado). UFRJ, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=18909

_____. No princípio era o caos: a formação de um povoado na fronteira americana dos Impérios Ibéricos através do estudo das relações de compadrio. *Revista de História Regional*, v. 15, 2010. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2374/1869>

KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. 2ª edição. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

MARQUES, Viviane Sueli. *Edição semidiplomática de História topográfica e bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata, códice 677, da Biblioteca Nacional de Lisboa*. (Dissertação de Mestrado). USP, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-25112009-110609/pt-br.php>

PILETTI, Nelson. *História e vida integrada: livro para análise do professor*. Nelson Piletti, Claudino Piletti. Nova ed. reform. e atual. São Paulo: Ática, 2005, v. 3, 7ª série.

POSSAMAI, Paulo C. *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

_____; A Colônia do Sacramento: Uma praça de guerra do Império Colonial Português. *História em Revista*, Pelotas, v. 13, p. 09-28, 2007. Disponível em: http://ich.ufpel.edu.br/ndh/downloads/historia_em_revista_paulo_possamai.pdf

_____. De núcleo de povoamento a praça de guerra: a Colônia do Sacramento de 1735-1777. *Topoi*, v. 11, n. 21, p. 23-36, jul./dez. 2010. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi21/Topoi21_02Artigo2.pdf

PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento: O Extremo Sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2002.

RODRIGUE, Joelza Ester. *História em documento: imagem e texto*. São Paulo: FTD, 2001. (Coleção História em documento: imagem e texto) v. 2, 6ª série.

SÁ, Simão Pereira de. *Historia Topografica e Belica da Nova Colonia do Sacramento do Rio da Prata, Escrita por Ordem do Governador e Capitão Geral do Rio de Janeiro em 1737 e 1777*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.

SPALDING, Walter. *Gênese do Brasil-Sul*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1953.

VELLINHO, Moysés. *Fronteira*. Porto Alegre: Editora Globo, 1975.

Artigo recebido em 27/11/2015, aceito em 23/01/2016

O uso de registros paroquiais como possibilidade de combinação de estudos quantitativos com estudos de trajetórias individuais: um exercício aplicado às práticas de nomeação¹

Nathan Camilo²

Resumo: Em consonância com o recente debate a respeito do uso de abordagens quantitativas em combinação com o estudo de trajetórias individuais, este artigo visa a refletir a respeito do uso de registros paroquiais como fonte para investigações que utilizem tal combinação de abordagens. A reflexão é aplicada às práticas de nomeação adotadas pela população da freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre entre os anos de 1772 e 1835. A partir da análise quantitativa dos assentos paroquiais e da reconstituição de uma trajetória, é possível compreender de forma mais clara como o nome era utilizado pela sociedade da época. A forma como se davam os processos de atribuição, incorporação, variação e transmissão de prenomes, segundos nomes e sobrenomes indiciam um panorama onde o nome era considerado um patrimônio imaterial a ser administrado conforme as estratégias possíveis em uma sociedade estratificada.

Palavras-chave: Registros paroquiais. Práticas de nomeação. Trajetórias. Patrimônio imaterial.

Resumen: En consonancia con el reciente debate a respecto del uso de abordajes cuantitativos en combinación con el estudio de trayectorias individuales, este artículo visa a reflectar a respecto del uso de registros

¹ Parte integrante do projeto de mestrado em andamento denominado: “*É preferível bom nome a muitas riquezas*”: *dinâmica das práticas de nomeação no extremo sul do Brasil entre o final do século XVIII e o início do século XIX*. Este trabalho está sendo realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

² Mestrando em História (UNISINOS-RS). Contato: nacam2@gmail.com.

parroquiales como fuente para investigaciones que utilicen tal combinación de abordajes. La reflexión es aplicada a las prácticas de nombramiento adoptadas por la población de la feligresía Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre entre los años de 1772 y 1835. A partir del análisis cuantitativo de los asientos parroquiales y de la reconstitución de una trayectoria, es posible comprender de forma más clara como el nombre era utilizado por la sociedad de la época. La forma como se daban los procesos de atribución, incorporación, variación y transmisión de prenombrados, segundos nombres y apellidos indican un panorama donde el nombre era considerado un patrimonio inmaterial a ser administrado conforme las estrategias posibles en una sociedad estratificada.

Palabras-clave: Registros parroquiales. Prácticas de nombramiento. Trayectorias. Patrimonio inmaterial.

Apresentação

O presente artigo tem por objetivo apontar possibilidades de investigação a partir do uso das fontes paroquiais e de suas potencialidades para estudos que façam uso combinado de análises de natureza quantitativa com estudos de trajetórias de caráter qualitativo.

Na pesquisa em questão, a combinação entre métodos quantitativos e qualitativos será aplicada às práticas de nomeação adotadas pela população livre e forra da freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre no período compreendido entre os anos de 1772 e 1835. O objetivo é compreender os processos de atribuição, incorporação, variação e transmissão de prenomes, segundos nomes e sobrenomes. Também se busca entender a dinâmica dos nomes – a

constituição de um nome ao longo de uma existência – e as motivações e implicações envolvidas nesses atos.

Este artigo será dividido em três partes. Inicialmente, serão apresentados os registros paroquiais como fonte de pesquisa para o tema proposto, com suas limitações e possibilidades. A seguir, o nome e as práticas de nomeação serão analisados. Inicialmente, de forma quantitativa, com o estudo do estoque disponível e da transmissão dos nomes pela população. Num segundo momento, mediante a reconstituição de trajetórias individuais, tais assuntos serão abordados de forma a se entender como as práticas nominativas eram aplicadas ao longo de uma existência.

Registros paroquiais e práticas nominativas

Os registros paroquiais, conforme Maria Luiza Marcílio (2004), são fontes seriais de grande importância para estudos demográficos referentes à população católica ocidental. Isso porque estes, em tese, deveriam cobrir a integralidade de tal população, englobando pessoas das diversas condições social, jurídica e de legitimidade, cores e sexos, com uma grande riqueza de informações “para a reconstituição da história social e cultural das populações católicas e a potencialidade de explorações que permitem, para desvendar o passado em várias direções” (MARCÍLIO, 2004, p. 15).

Contudo, Maria Silvia Bassanezi (2013, p. 147) afirma que o grau de abrangência dos dados encontrados nos registros paroquiais era variável. Os assentos alusivos a indivíduos de estratos sociais mais elevados possuíam dados mais completos e precisos do que os registros de escravos, forros ou livres dos segmentos sociais menos privilegiados, evidenciando os “preconceitos e valores de uma sociedade que hierarquizava as pessoas de acordo com sua condição social”.

Para cada tipo de evento deveria haver um livro especial e exclusivo. Os estudos referentes às práticas de nomeação costumam se valer primordialmente das informações contidas nos registros de batismo. Estes seguramente eram os mais próximos de cobrirem a universalidade da população, visto que nem todos se casavam perante a Igreja e era maior a chance de deixar de comunicar um óbito às autoridades. Ao mesmo tempo, de acordo com as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, elaboradas por Sebastião Monteiro da Vide (2007, original de 1707), era considerado “muito perigoso dilatar o Batismo das crianças, [...] [pois] morrendo sem ele, perdem a salvação” (VIDE, 2007, Livro 1, Título XI, p. 14).

Os assentos de batismo, contudo, se tomados isoladamente, só permitem a análise dos prenomes. Nas populações luso-brasileiras da época, segundos nomes e sobrenomes, quando era o caso, só eram incorporados em momentos posteriores da vida. Não há como se dizer com certeza a partir de que ponto esse ato ocorria. De qualquer forma, eram registrados nos atos de casamento e/ou falecimento do sujeito, o

que implica na inclusão dos registros de casamento e de óbito à investigação.

Como fonte de natureza nominativa, os registros paroquiais permitem o cruzamento entre si e com outras fontes (BASSANEZI, 2013), tendo como fio condutor para identificação dos indivíduos o nome, o que Carlo Ginzburg (1989a) chama de *método onomástico*. Cruzando os dados dos assentos de batismo, casamento e óbito, se permitem análises de caráter tanto quantitativo quanto qualitativo, tanto em perspectiva demográfica quanto sociocultural, possibilitadas pelas informações dos registros paroquiais (BASSANEZI, 2013).

Além de genealogistas e biógrafos, os primeiros a explorarem as potencialidades dos registros paroquiais no Brasil foram os historiadores-demógrafos, a exemplo do que já ocorria na Europa desde os anos 60. Inicialmente, os estudos tinham caráter estritamente demográfico. Com o tempo e a influência da História Social e Cultural, os temas se multiplicaram (BASSANEZI, 2013). Um dos muitos temas foi:

A ocorrência de padrões de nomeação ou nomeação dos indivíduos – através dos quais se observam: origens remotas das famílias; alianças com outros grupos sociais, étnicos e familiares; o ingresso de imigrantes nas sociedades e as decorrentes modificações ou transformações importantes nos usos, costumes, na organização social, política ou religiosa da comunidade. (BASSANEZI, 2013, p. 145).

Com os estudos em Demografia Histórica, emergiu uma importante questão metodológica que envolve os nomes. De acordo com Norberta Amorim (1983, p. 213):

Por exigências de um estudo demográfico, quando nos debruçamos sobre os livros de registos de baptizados, casamentos e óbitos, [...] embora perseguindo os números, trabalhamos obrigatoriamente sobre nomes. Nenhum estudo de comportamentos demográficos terá validade, se não conseguirmos identificar de forma correcta cada indivíduo nos vários actos registados de sua vida [...]. Tal identificação parte basicamente do nome.

Entretanto, no devir da produção de trabalhos demográficos referentes a populações luso-brasileiras anteriores ao século XX, foram encontradas certas particularidades referentes às práticas nominativas vigentes à época que dificultam a identificação dos indivíduos. Características apontadas por uma série de autores, como Ana Silvia Volpi Scott e Dario Scott (2013). Os sobrenomes não possuíam uma regra definida para transmissão aos descendentes. Isso se fossem transmitidos, pois troca, inversão ou abandono dos sobrenomes eram corriqueiros. Por sua vez, os prenomes eram escolhidos majoritariamente a partir de um conjunto reduzido em relação ao estoque total disponível, o que resultava em um alto índice de homônimos.

A constatação deste “problema” abriu novas possibilidades para o estudo das práticas de nomeação. Rodrigo Weimer (2013, f. 323) as define como:

As maneiras pelas quais os homens, em sociedade, atribuem, para si e para outrem, formas de denominação pessoal; as maneiras pelas quais manipulam, ocultam ou evidenciam em diversos contextos sociais tais denominações; as formas pelas quais, através de nomes, prenomes, e apelidos, os indivíduos relacionam-se com a história e com tradições herdadas; as formas pelas quais os nomes são operados no sentido de reiterar hierarquias sociais, afirmar estatutos, ou mesmo contestá-los.

Ou seja, muito além de uma simples listagem de nomes. Com efeito, Marc Bloch (1932, p. 67) já apontava a relação entre os nomes usados por uma sociedade com questões sociais, ao declarar que “a escolha dos nomes de batismo, sua natureza, sua frequência relativa [...] revelam correntes de pensamento ou de sentimento aos quais o historiador não pode permanecer indiferente”³.

O nome e seus significados

“Que há num simples nome?”⁴ Numa tentativa de responder a Julieta, pode-se apelar a Hamlet: num simples nome “há muita coisa

³ Tradução nossa. Citação no idioma original: “Le choix même des noms de baptême, leur nature, leur fréquence relative [...] révèlent des courants de pensée ou de sentiment auxquels l'historien ne saurait rester indifférent”.

⁴ Frase retirada de *Romeu e Julieta* (Ato II, Cena II). Julieta, ao saber que Romeu é um Montecchio, disse a ele: “Meu inimigo é apenas o teu nome. Continuarias sendo o que és, se acaso Montecchio tu não fosses. Que é Montecchio? Não será mão, nem pé, nem braço ou rosto, nem parte alguma que pertença ao corpo. Sê outro nome. *Que há num simples nome? O que chamamos rosa, sob uma outra designação teria igual perfume.* Assim Romeu, se não tivesse o nome de Romeu, conservaria a tão preciosa perfeição que dele é sem esse título. Romeu, risca o teu nome, e, em troca dele, que

mais [...] do que sonha nossa pobre filosofia”⁵. Atribuir um nome é um ato aparentemente corriqueiro, mas está longe de decorrer de uma escolha feita ao acaso. Envolve fatores complexos e nem sempre perceptíveis, como comportamentos, costumes, tradições, parentesco, moda, etc.

Para Claude Lévi-Strauss (2012), as funções principais do nome são as seguintes: identificar, significar e classificar. Identificação, segundo Martha Hameister (2006), é a função primária de um nome, presente em todas as culturas, ainda que com variações quanto à estrutura e às práticas de atribuição e transmissão.

Lévi-Strauss (2012) considera que o papel do nome não se restringe apenas à identificação. Para o antropólogo, “os nomes próprios fazem parte integrante de sistemas tratados por nós como códigos: modos de fixar significações, transpondo-as para os termos de outras significações” (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 201). Significar, afirma Robert Rowland (2008), faz com que o nome ganhe significados, que estabelecem a identidade pessoal e social da pessoa nominada.

não é parte alguma de ti mesmo, fica comigo inteira” (SHAKESPEARE, 2008, p. 39, grifo nosso).

⁵ Frase retirada de *Hamlet* (Ato I, Cena V). Hamlet fala para Horácio: “Recebamo-lo, então, como estrangeiro. *Há muita coisa mais no céu e na terra, Horácio, do que sonha a nossa pobre filosofia.* Vide novamente. Jurai de novo, assim Deus vos ajude, por mais que eu me apresente sob aspecto extravagante, tal como em futuro é possível que eu venha a comportar-me, que jamais – se me virdes alguma hora cruzar assim os braços, ou a cabeça sacudir desse jeito, ou dizer frases sem nexos: ‘Muito bem’ ou ‘Poderíamos se o quiséssemos’, ou ‘Vontade tenho de falar’, ou discursos desse gênero – mostrareis saber algo. Que a divina Graça e a Misericórdia vos amparem” (SHAKESPEARE, 2008, p. 562, grifo nosso).

A terceira função do nome, a classificação, inclui ou exclui indivíduos em um grupo devido ao seu nome. Pode-se classificar com o intuito de dominação, seja, citando João de Pina Cabral (2008), por atribuição discricionária de antropônimo a outra pessoa, por interdição de nomes que possuam algum tipo de rejeição ou proibição, ou por discriminação a formas alternativas de nomação que não o nome oficial. Ou com o fim de qualificação, pois, de acordo com Hameister (2006), atributos podem ser incorporados ao nome próprio de acordo com a história de vida do sujeito que o detém e com os feitos exercidos durante este período. A qualificação também pode ser considerada no sentido inverso, isto é, quando se recebe um nome que já tenha atributos incorporados.

Desse modo, chega-se à ideia trabalhada por Hameister (2006) do nome como um patrimônio imaterial familiar que incorporava várias “qualidades” e podia ser transmitido para seus sucessores. Nessa transmissão também entravam os atributos já vinculados ao nome, o que fazia com que a pessoa que recebesse um nome também pudesse herdar o prestígio do portador original. Ou seja, recebia uma herança imaterial, no sentido trabalhado por Giovanni Levi (2000).

Considerando esses fatores, a escolha de um nome, citando José Luiz da Veiga Mercer e Sérgio Nadalin (2008), está longe de ser um ato de liberdade absoluta, sendo regulada pelas normas do grupo social. Em outras palavras, o que Levi (2000, p. 46) chama de *racionalidade limitada*, ou seja, uma ação “fruto do compromisso entre

um comportamento subjetivamente desejado e aquele socialmente exigido, entre liberdade e constrição”. Assim, escolher um nome “do estoque usual exprime a adesão ao grupo; é um ato de pertencimento. Já a escolha que ignorar o acervo tradicional poderá significar afastamento em relação à comunidade de origem e busca de uma nova identidade social” (MERCER; NADALIN, 2008, p. 12).

Além das normas sociais, a escolha, administração e transmissão de um nome estavam ligadas a estratégias que os diversos grupos adotavam para tal. Por meio de uma estratégia, segundo Pierre Bourdieu (1990), os sujeitos atuam em um contexto de sociedade como jogadores, agindo e se adaptando conforme as demandas de um jogo social, mesmo sem obedecer estritamente às regras. Liberdade essa de improvisar, a qual permite a produção de inúmeras jogadas viáveis, possível só até os limites do jogo.

Logo, percebe-se que “há mais coisas num simples nome do que possa imaginar nossa vã filosofia”, o que reitera a busca por como esse elemento era tratado e utilizado pelas sociedades em diversas épocas. Como visto anteriormente, as práticas nominativas luso-brasileiras anteriores ao século XX tinham algumas peculiaridades em relação aos demais sistemas nominativos europeus.

Os nomes em Porto Alegre: dados quantitativos

A produção historiográfica constatou que diversas paróquias de Portugal e Brasil possuíam diversos elementos comuns no tocante às práticas de nomeação. Para Rowland (2008, p. 18), isso reforça a concepção de que os nomes possuem um significado para a sociedade, visto que:

Se os nomes próprios fossem, de facto, marcas sem significado, seria de esperar que a sua distribuição no interior de uma determinada população fosse aleatória e que a sua variedade fosse suficiente para eliminar [...] os riscos de confusão entre pessoas. E, mesmo admitindo que houvesse subpopulações espacial ou temporalmente específicas, facto esse que se poderia traduzir na existência de conjuntos regional e / ou cronologicamente específicos de nomes, a distribuição desses nomes no interior de cada uma dessas subpopulações deveria mesmo assim ser aleatória. [...] a existência de uma distribuição regular dos nomes próprios em qualquer população, ou a persistência dessa distribuição ao longo do tempo, constitui um indício seguro do carácter socialmente significativo das práticas de nomeação.

O nome era atribuído de forma distinta da atual. No ato de batismo, o neófito recebia apenas o prenome. Algumas referências historiográficas e etnográficas, como Hameister (2006) e Rowland (2008), afirmam que o papel de escolha do prenome cabia aos padrinhos, o que não impedia possível influência dos pais no processo (HAMEISTER, 2006). De todos os modos, as Constituições Primeiras

do Arcebispado da Bahia preceituavam que os párocos não deveriam consentir com a eleição de nomes que não pertencessem a algum indivíduo beatificado ou canonizado pela Igreja Católica (VIDE, 2007), ordem nem sempre respeitada.

Amorim (1983, p. 213, grifos nossos) destaca que:

O nome próprio recebido no batismo podia ter relação com os nomes próprios dos pais, avós ou outros familiares, com os nomes dos padrinhos, com os oragos das paróquias, com pontos altos do culto de determinados santos, mas tinha muito a ver com *modas que se localizam perfeitamente no tempo e que ultrapassam as fronteiras das paróquias, mesmo as mais isoladas.*

O sobrenome só aparecia no casamento ou depois que o sujeito atingisse independência econômica (AMORIM, 1983). Enquanto a maioria dos países europeus consolidou o modelo de nomeação baseado na transmissão de nomes de família pela linhagem paterna (ROWLAND, 2008), Portugal e suas colônias não possuíam regras específicas para transmissão do nome de família. Um indivíduo podia receber o(s) sobrenome(s) de seu pai e/ou de sua mãe, ou mesmo de avós ou parentes mais distantes. Era comum irmãos portarem nomes de família diferentes um do outro.

Outra prática comum era o uso de segundos nomes, que podiam ser uma invocação religiosa (por exemplo, Maria da Conceição ou Ana de Jesus) ou então um ou mais prenomes adicionais. Segundos nomes passíveis de transmissão aos descendentes e que, por vezes,

convertiam-se em nome de família. Quanto aos escravos, estes em geral portavam apenas o prenome.

No período de 1772 a 1835, têm-se, para a população livre e forra de Porto Alegre, 12.844 registros de batismo (6.508 meninos e 6.336 meninas) e 9.554 assentos de óbito (5.711 do sexo masculino e 3.843 do sexo feminino). Quanto aos casamentos, 2.899 noivos e 2.891 noivas não eram escravos/as.

Nos batismos, os prenomes foram eleitos dentro de um estoque de 378 opções masculinas e 382 femininas (17,2 meninos por nome e 16,6 meninas por nome). A despeito dessa relativa variedade, a tendência, a exemplo de outras freguesias luso-brasileiras já estudadas, era a de concentração das escolhas entre os cinco prenomes mais utilizados.

Tabela 1 – Frequência dos cinco prenomes masculinos mais usados na Matriz de Porto Alegre por sexo (1772-1835)

	Masculino			Feminino		
	Nome	NA	%	Nome	NA	%
1	José	890	13,7	Maria	1.252	19,8
2	João	715	11,0	Ana	453	7,1
3	Manuel	698	10,7	Francisca	263	4,2
4	Antônio	694	10,7	Joaquina	254	4,0
5	Francisco	431	6,6	Rita	214	3,4
	Subtotal	3.428	52,7	Subtotal	2.436	38,4
	Outros 373	3.080	47,3	Outros 377	3.900	61,6
	Total	6.508	100	Total	6.336	100

Fonte: NACAOB. Madre de Deus de Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

A tendência à escolha de um dos cinco prenomes mais populares foi mais recorrente para o sexo masculino, com pouca variação de percentuais entre os quatro primeiros colocados. No sexo feminino, Maria, o prenome mais popular, teve mais que o dobro de recorrência em relação a Ana, segundo colocado.

Em comparação de Porto Alegre com outras freguesias luso-brasileiras contemporâneas ao período analisado⁶, os cinco prenomes masculinos mais populares, afora a posição dentro de cada *ranking*, não mudam. Já a frequência de uso desses prenomes é semelhante apenas

⁶ As localidades referenciadas são: Nossa Senhora das Necessidades (Florianópolis/SC), analisada por Sérgio Luiz Ferreira (2006), São José (Tiradentes/MG), por Douglas C. Libby e Zephyr Frank (2015), e São João (Ilha do Pico/Açores), estudada por Norberta Amorim (2003).

entre as freguesias da América portuguesa. Na localidade açoriana são apresentados percentuais muito superiores⁷.

Referente aos prenomes femininos, o percentual de uso das cinco opções mais escolhidas em Porto Alegre também é semelhante ao das localidades da América Portuguesa e muito inferior ao da freguesia açoriana⁸. Os cinco prenomes mais populares também possuem variações um pouco maiores que as apresentadas dentro do sexo masculino, apesar de Maria ser o mais utilizado em todas as localidades⁹.

Com este panorama, é esperado encontrar um alto número de homônimos devido à grande possibilidade de um batizando receber o mesmo nome de um ascendente consanguíneo ou espiritual. Aqui consideraremos os casos de filhos que recebem o mesmo prenome de um dos pais e de afilhados aos quais é atribuído um prenome idêntico ao de um dos padrinhos. Incluem-se na contagem os casos de prenome com gênero flexionado (por exemplo, uma Josefa filha de um José ou um Antônio afilhado de uma Antônia). O quadro encontrado apresenta que mais de 43% dos neófitos de Porto Alegre recebiam o mesmo

⁷ Nas paróquias da América portuguesa, para os batizados do sexo masculino, os percentuais variaram de 51,3 a 53,8%, enquanto na açoriana, o índice ultrapassa os 90%.

⁸ Entre as batizadas do sexo feminino, o percentual das demais paróquias brasileiras ficou em torno de 45%, enquanto a localidade açoriana apresentou índices de aproximadamente 66%.

⁹ No *ranking* de Nossa Senhora das Necessidades, em vez de Francisca, consta Luísa. Na freguesia açoriana, afora Maria, Ana e Francisca (apenas século XIX), os demais prenomes do *ranking* não são os mesmos das paróquias da América portuguesa.

prenome dos pais e/ou padrinhos, percentual semelhante ao encontrado por Hameister (2003) para Rio Grande (42,9%).

Tabela 2 – Origem dos prenomes (%) dos indivíduos batizados na Matriz de Porto Alegre por sexo (1772-1835)

Origem do prenome	Masculino		Feminino	
	NA	%	NA	%
Pai/mãe	1.351	20,8	1.061	16,7
Só pai/só mãe	858	13,2	634	10,0
Padrinho/madrinha	2.556	39,3	2.023	31,9
Só padrinho/Só madrinha	2.063	31,7	1.596	25,2
Pais+padrinhos	493	7,6	427	6,7
Subtotal	3.414	52,5	2.657	41,9
Outras origens	3.094	47,5	3.679	58,1
Total Geral	6.508	100	6.336	100

Fonte: NACAOB. Madre de Deus de Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Essa prática era mais comum de ser adotada para rebentos do sexo masculino. Também se percebe que havia maior chance de receber o prenome de um dos padrinhos do que de um dos pais.

A respeito das motivações e estratégias que levariam à escolha e transmissão de determinados prenomes em detrimento de outros, a historiografia referente às práticas de nomeação luso-brasileiras apresentou algumas possibilidades. De início, a já citada escolha de opções já existentes no repertório social e familiar como afirmação de pertencimento (MERCER; NADALIN, 2008). Mas também podia ser uma homenagem ao portador original do nome, um desejo de transmitir atributos juntamente com o nome ou, no caso de transmissão de prenomes entre padrinhos e afilhados, a consolidação das relações estabelecidas no compadrio (HAMEISTER, 2003; 2006). Para os

libertos, o uso recorrente de nomes seria uma maneira de recriar ancestralidades e a própria memória do cativo (WEIMER, 2013).

Referente aos segundos nomes e nomes de família, devido ao já mencionado fato de aqueles por vezes serem utilizados com a mesma função destes, um problema para análises quantitativas é a dificuldade para estabelecer um limite preciso entre um e outro. Por conseguinte, neste momento não distinguiremos, para efeitos de análise, segundo nome de nome de família.

Uma possibilidade de análise, a partir do exame dos óbitos, é buscar estabelecer a partir de que faixa etária os indivíduos passam a agregar nomes ao de batismo. A partir de uma primeira análise, constatou-se que os indivíduos com até sete anos¹⁰ de idade, afora raras exceções, só portavam o prenome de batismo. Dos sete até os dezenove, os sobrenomes ou segundos nomes foram adotados por aproximadamente metade dos que faleceram nessa faixa etária. Quanto aos que faleceram com vinte anos ou mais, a grande maioria (91,4% dos homens e 88% das mulheres) já tinha acrescentado algum nome.

Tal resultado indicia uma corroboração ao afirmado por Amorim (1983), que defende que o sobrenome era adotado com o casamento ou a independência econômica. Para aclarar a situação, um caminho é confrontar as variáveis “nomes além do prenome” e “*status* matrimonial ao falecer”, comparando com a quantidade de indivíduos

¹⁰ Para a Igreja, os indivíduos com até sete anos eram considerados *inocentes*, não suscetíveis ao pecado.

que, no ato do casamento, tiveram segundos prenomes e/ou nomes de família registrados.

Tabela 3 – Percentual de falecidos livres e forros em Porto Alegre com nome(s) além do prenome por sexo e *status* matrimonial em comparação com percentual de noivos livres e forros em Porto Alegre com nome(s) além do prenome (1772-1835)

		Masculino (%)	Feminino (%)
Casamento		96,2	96,9
Óbito	Solteiros/as	92,5	78,4
	Casados/as ou viúvos/as	96,1	94,0
	N/C	67,5	40,1
	Total	85,9	78,9

Fonte: NACAOB. Madre de Deus de Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Tanto entre os noivos no ato do matrimônio quanto entre os casados ou viúvos no ato do falecimento, a maioria absoluta foi registrada com segundos nomes e/ou sobrenomes, havendo variação pouco expressiva quanto ao gênero. Quanto aos solteiros, o percentual de homens com segundos nomes e/ou nomes de família é pouco inferior aos casados ou viúvos, enquanto entre as mulheres a diferença de percentual foi maior. Chama a atenção o caso dos falecidos sem registro de *status* matrimonial no óbito. Entre esses, segundos nomes e/ou sobrenomes tiveram uso bem menor do que entre os que tiveram o *status* matrimonial registrado. No caso das mulheres, mais da metade das sem registro do estado conjugal tinham apenas o prenome.

A onomástica luso-brasileira tradicionalmente afirma que as mulheres faziam menor uso de nomes de família em prol de segundos nomes. Entretanto, se forem considerados os segundos nomes como

passíveis de transmissão para os descendentes, não se nota grande variação entre os gêneros quanto à origem familiar dos segundos nomes e/ou sobrenomes. Esta análise, desenvolvida a partir dos assentos de casamento de Porto Alegre, usou como amostragem os noivos considerados à época socialmente “desqualificados” e os noivos considerados à época socialmente “qualificados”.

Tabela 4 – Origem do(s) segundo(s) nome(s) e/ou sobrenome(s) (%) dos noivos (livres e forros) “qualificados” ou “desqualificados” que se casaram na Matriz de Porto Alegre (1772-1835)

Origem do(s) nome(s)	“Qualificados”				“Desqualificados”			
	Feminino		Masculino		Feminino		Masculino	
	NA	%	NA	%	NA	%	NA	%
Um nome	18	6,5	12	8,3	163	31,2	130	34,1
Pai	8	2,9	7	4,9	5	1,0	8	2,1
Mãe	2	0,7	0	0,0	23	4,4	4	1,0
Outra	8	2,9	5	3,5	135	25,9	118	31,0
Dois ou mais nomes	259	92,8	129	89,6	290	55,6	188	49,3
Só pai	22	7,9	33	22,9	4	0,8	8	2,1
Só mãe	11	3,9	0	0,0	29	5,6	0	0,0
Pai e mãe	38	13,6	7	4,9	1	0,2	0	0,0
Pai e outra	99	35,5	47	32,6	10	1,9	13	3,4
Mãe e outra	24	8,6	8	5,6	52	10,0	12	3,1
Pai, mãe e outra	12	4,3	7	4,9	1	0,2	0	0,0
Só outra	53	19,0	27	18,8	193	37,0	155	40,7
Subtotal	277	99,3	141	97,9	453	86,8	318	83,5
Só prenome	2	0,7	3	2,1	69	13,2	63	16,5
TOTAL	279	100	144	100	522	100	381	100

Fonte: NACAOB. Madre de Deus de Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Se não são constatadas grandes diferenças entre homens e mulheres de condição social equivalente, o mesmo não se aplica entre

estratos sociais diferentes. Os “desqualificados” em geral utilizavam menos nomes, sendo mais recorrentes nomes que não eram originários de nenhum dos pais. Contudo, é necessário relativizar os dados, pois muitos registros de casamento de noivos socialmente menos privilegiados não tinham registrados os pais dos nubentes. De todos os modos, o panorama apresentado corrobora a tese de Sérgio Luiz Ferreira (2006), que considera que a transmissão de nomes de família era uma questão de estrato social, e não de gênero.

Este cenário reitera a ideia do nome como um patrimônio imaterial com acesso desigual entre os diversos setores da sociedade. Cenário que reforça tanto a posição predominante dos setores localizados no topo da hierarquia quanto o papel subalterno dos membros da base da sociedade. Não obstante, retomando a noção de estratégia de Bourdieu (1990), pode-se dizer que, dentro dos limites impostos pela estratificação social, membros de setores sociais não pertencentes à elite poderiam “jogar” e utilizar seus nomes também como uma herança imaterial. Para deslindar e compreender melhor esses processos é necessário reduzir a escala de observação.

Redução da escala: algumas considerações

A despeito de suas inegáveis contribuições para o estudo das práticas de nomeação, uma abordagem puramente quantitativa possui seus limites analíticos, o que já fora apontado por uma série de autores.

Justo Serna e Anaclet Pons (2012) afirmam que a Itália da década de 1970 foi um dos primeiros locais onde surgiu uma proposta de estudos históricos que saísse do padrão macroanalítico vigente à época, caracterizado por grandes escalas, longa duração e métodos seriais. Em contraponto, surgiu a defesa de um modelo microanalítico, mais modesto e que permite a redução do objeto de investigação.

Ao contrário do que alguns podem imaginar, essa proposta pioneira não partiu de Ginzburg, mas de Edoardo Grendi. A partir da influência da antropologia e da economia, este autor destacava da primeira uma “vocalização microanalítica” e da segunda “o estudo das relações sociais através de suas distintas manifestações econômicas ou extraeconômicas” (SERNA; PONS, 2012, p. 31). Isso gerou a defesa da redução da escala de observação, que, ao contrário da macroanálise de espaços nacionais, possibilitava a análise das relações sociais captando toda a densidade e complexidade das mesmas, utilizando-se como espaço a “comunidade”.

Mediante uma renúncia ao teleologismo e ao referente normativo de medida nas análises, Grendi desenvolveu sua proposta que transita do micro doméstico ao macro mais amplo, com a “comunidade” como espaço intermediário. Sem embargo, sua contribuição mais lembrada é a do excepcional-normal, aqui entendida como, na falta de informações de primeira mão, o uso de documentos indiretos lidos nas entrelinhas (SERNA; PONS, 2012).

Algum tempo depois, Ginzburg (1989a) apontou que a investigação quantitativa de longa duração, não obstante suas contribuições, pode distorcer os fatos observados e gerar uma história social homogeneizada. Processo que levou a muitos investigadores a realizarem análises próximas de fenômenos circunscritos. Reflexo, supõe o autor, das incertezas referentes a processos macro-históricos. Com a circunscrição do âmbito investigativo, é possível a sobreposição de séries documentais, guiadas pelo nome do indivíduo. Em outras palavras, o já anteriormente mencionado método onomástico (GINZBURG, 1989a), que não abandona a investigação serial, mas não considera o anonimato como horizonte analítico (SERNA; PONS, 2012).

O problema é como fazer uma investigação nominativa de grupos subalternos. Ao destacar a necessidade de escolher casos relevantes e significativos, Ginzburg retoma o excepcional-normal de Grendi. O sentido do termo foi ampliado para além do documento excepcional, chegando a objetos de investigação também extraordinários. Estes “funcionam como espias ou indícios de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer” (GINZBURG, 1989a, p. 177).

O indício é retomado em outro ensaio do autor (GINZBURG, 1989b), onde são estabelecidas as diretrizes do paradigma indiciário. Com diversas influências, como a medicina, a psicanálise, o romance policial, o método de Giovanni Morelli para análise de obras de arte e a

semiótica, o ensaio defende que, a exemplo da medicina, a história baseia-se em indícios, conjecturas e testemunhos indiretos. Não sendo possível acessar o passado diretamente, especialmente quando os vestígios são “excepcionais”, “existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la [a realidade opaca]” (GINZBURG, 1989b, p. 177). Ao se deparar com a questão do rigor em um campo onde predomina a dúvida, Ginzburg (1989b) defende abertamente um “rigor flexível” baseado na intuição – isto é, na conjectura e na chamada “imaginação controlada”.

Levi (1992) traçou, a partir da experiência do que passou a se chamar *micro-história*, as principais concepções desta prática. Sua base é a redução da escala de observação, ao considerar que “fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral” (LEVI, 1992, p. 158). O autor (1992, p. 159) ainda destaca “o debate sobre a racionalidade, a pequena indicação como paradigma científico, o papel do particular (não, entretanto, em oposição ao social), a atenção à capacidade receptiva e à narrativa, uma definição específica de contexto e a rejeição do relativismo”.

De acordo com Serna e Pons (2012), a perspectiva microanalítica, até por ter sido desenvolvida anteriormente em outras disciplinas, ultrapassou as fronteiras da micro-história italiana e pode ser vista atualmente em diversas obras que não se intitulam com essa etiqueta. Um exemplo é o estudo de trajetórias individuais em estudos

relativos à população e família (SCOTT; SCOTT, 2013), originalmente concebidos em bases quantitativas e seriais.

Nossa proposta é ir além do nome como mera ferramenta identificadora de indivíduos. Weimer (2013, f. 329-330) já alertara para o risco, cometido por muitos micro-historiadores, de se desprezar o papel simbólico dos nomes e as questões classificatórias e de significação envolvidas:

Os nomes não são apenas rastros a serem perseguidos. Eles não são neutros: traduzem relações de poder e hierarquias. Expressam formas de classificação social e disposições identitárias individuais, familiares ou grupais frente aos demais. Os nomes trazem impressos em si tradições, memórias e experiências vividas. Evidenciam formas de relacionar-se com o passado. A ele rendem homenagem e também projetam o que se espera do devir.

Há também a dinâmica dos nomes. Conforme alertou Weimer (2013), os nomes não são estanques, pois há a possibilidade de invenção, recriação ou modificação, sendo maleáveis de acordo com a interação entre os membros de uma comunidade.

Nome e trajetórias: um exercício de possibilidades

Seguindo essa linha de raciocínio é que se apresenta a proposta de trabalhar com a dinâmica dos nomes, visível apenas com a redução de escala e abordagem qualitativa de trajetórias individuais. Análise

possibilitada, conforme anteriormente dito, mediante o cruzamento entre as atas paroquiais diversas. Neste momento, serão considerados nas trajetórias reconstituídas apenas os eventos registrados em Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre entre 1772 e 1835.

Como por enquanto, com exceção de uma escritura de alforria, não serão utilizadas outras fontes, é fundamental frisar que, pelas características e limitações das fontes paroquiais, serão analisados apenas os nomes oficiais, o que de forma alguma impede de se levar em conta que tal forma de nomeação não era a única a ser usada por aquela sociedade. Novamente Weimer (2013) lembra que os nomes são plurais, visto que nem sempre o nome oficial era utilizado em todos os contextos. Havia a possibilidade de se utilizar, em âmbitos familiares, íntimos e comunitários, formas de nomeação alternativas que continham uma série de implicações simbólicas. Para isso, seria necessário o cruzamento com processos judiciais ou com fontes que são inexistentes para o recorte temporal deste estudo, como as orais. Logo, as formas alternativas de nomeação não serão abordadas aqui.

Reconstituição de trajetórias é uma prática relativamente difundida em investigações centradas em famílias de elite. Para estas, normalmente a documentação existente é mais abundante e possibilita maior acesso a dados. Famílias de setores subalternos, excetuando-se o caso de famílias de escravos, ainda são pouco pesquisadas pelos historiadores. Documentação mais reduzida, dificuldade maior de identificação devido a dados menos completos em registros, maior

variação de nomes entre um ato e outro ou mesmo nomes de família mais irregulares ou inexistentes podem ser alguns dos fatores que dissuadem os pesquisadores da “empreitada”.

Retomemos o princípio do excepcional-normal de Grendi (*apud* SERNA; PONS, 2012) e Ginzburg (1989a). Embora registros paroquiais possam, à primeira vista, parecer documentos “normais”, lembremos que Levi afirma que, a rigor, todo documento pode ser excepcional. O que torna uma fonte normal ou excepcional é a forma como a mesma é lida – o excepcional está nas entrelinhas (informação verbal)¹¹. Como a fonte paroquial via de regra registra todos os estratos sociais, podem ser encontrados, mediante cruzamento dos registros, casos excepcionais cujos dados permitam razoável identificação dos indivíduos ou cujos indícios possibilitem conjecturas com certo nível de segurança. Assim, excluem-se pessoas com nomes muito comuns, reduzindo-se a possibilidade de confusão com possíveis homônimos.

Optamos por tecer algumas considerações preliminares a respeito de uma análise da trajetória de uma família pertencente a setores sociais “não-qualificados” de Porto Alegre. Constituiu-se originalmente de uma parda forra, mãe solteira de cinco filhos naturais (ambos indicativos de “desqualificação” para a sociedade da época), chamada Ângela Francisca Coelho. Não se sabe sobre seu nascimento, mas sabe-se que faleceu aos sessenta anos e que deixou testamento.

¹¹ Informação coletada em minicurso realizado por Giovanni Levi no seminário “Micro-História, Trajetórias e Imigração”, realizado na Universidade Federal de Santa Maria, no dia 31 de outubro de 2014.

Sabe-se também que foi alforriada ainda criança. De seu ex-proprietário, Francisco Coelho Osório, Ângela adotou o prenome como segundo nome e um sobrenome.

Ângela nunca se casou, mas, como já dito, teve registrados em Porto Alegre cinco filhos: José, Emerenciana, Timóteo, Angélica e Ana. Um de seus filhos, Timóteo José Rodrigues, se casou com Claudina Maria Assunção. Por sua vez, Ana Francisca do Vale teve um filho natural, apadrinhado por Angélica Francisca do Vale, que provavelmente era sua irmã.

Uma das filhas, Emerenciana Francisca do Vale, teve três filhos naturais: Luísa, Deolinda (falecida aos dois anos) e Bernardo, vindo a falecer em consequência do parto deste último (o filho faleceu um mês depois). No batismo de Luísa, Emerenciana foi registrada como “parda forra”, nos demais não constava condição social. Já no de Bernardo consta o nome do pai, Joaquim Balbino Cordeiro. Curiosamente, o mesmo Joaquim casou-se com Luísa Francisca do Vale, filha de Emerenciana, meses após o falecimento da mãe da noiva.

De pronto, uma característica a ser apontada nessa família é a repetição de determinados nomes. As filhas mulheres acrescentaram os nomes “Francisca do Vale”, o que foi seguido também por Luísa ao casar. Não se sabe de onde veio o sobrenome “do Vale”. Por sua vez, Francisca, como anteriormente referido, era o segundo nome de Ângela.

Sobre a alteração de nomes entre registros, Ângela aparece apenas com o prenome no registro de batismo de Emerenciana; nos

demais filhos, o nome está completo. Já nos assentos de batismo dos netos de Ângela, o sobrenome Coelho aparece quase todas as vezes, exceto no batismo de Luísa e dos filhos de Timóteo. A condição jurídica de Ângela aparece em todos os eventos ocorridos enquanto ela estava viva, exceto no batismo dos filhos José e Angélica.

Importante frisar duas informações cruciais no óbito de Ângela: ela deixa de ter o atributo de “forra” que tinha no nascimento de suas filhas e consta a existência de testamento, o que indicia um processo de ascensão social dessa família dentro das possibilidades da época. Seguramente nesse processo o nome familiar “Francisca do Vale” também passaria a ter um relativo prestígio.

Ferreira (2006), ao defender que a transmissão de nomes familiares à época era uma questão de classe, afirma que os integrantes de grupos subalternos costumavam abandonar seus sobrenomes devido a certo desprezo pelo nome de família ocasionado por não ter nada a herdar e/ou legar.

De fato, como visto em abordagem quantitativa acima apresentada, pessoas socialmente “desqualificadas” tendiam a utilizar menos os nomes de família. No entanto, o caso estudado permite considerar que tal “desprezo” não seja levado como regra absoluta. Ou seja, mesmo famílias que não pertenciam às elites podiam imprimir significado a seus nomes e manejá-los, evidentemente dentro de uma perspectiva de racionalidade limitada. Com efeito, Hameister (2006, f. 100) considera que “mesmo o mais pobre dos homens, o forro e o

escravo, poderiam ter um bem a legar à sua descendência”, que era o nome.

Para obter-se uma visão mais abrangente se este caso era isolado ou se acontecia com mais frequência, é necessário que sejam estudadas mais trajetórias de indivíduos e famílias de posição semelhante. Para que a investigação seja viável, devem ser buscados outros casos também relevantes e significativos, na acepção de Ginzburg (1989a). De qualquer forma, as considerações aqui apontadas lançam novas possibilidades para análises futuras.

Considerações finais

À guisa de conclusão, ficam claras as diversas potencialidades oferecidas pelos registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, tanto para análises de caráter quantitativo quanto para estudos de trajetórias individuais e para investigações que utilizem-se das duas abordagens de forma combinada.

No caso apresentado, a combinação de métodos quantitativos e qualitativos possibilitou que o nome seja visto além de uma ferramenta metodológica e passe a ser também objeto de estudo, a partir dos problemas que as práticas nominativas luso-brasileiras impuseram ao uso do método onomástico. Além de dados como frequência dos prenomes em batismos, transmissão do nome a descendentes e uso de segundos nomes e/ou sobrenomes, também é possível vislumbrar como

os indivíduos e famílias faziam uso de seus nomes (ao menos em contextos oficiais) ao longo de seus eventos vitais e também os possíveis significados que teriam dado a tais práticas.

Sobre as práticas de nomeação em Porto Alegre, os dados e considerações aqui apresentados apontam para a importância que a sociedade da época depositava no nome. Isso implicava em estratégias para sua administração, como a tendência de serem atribuídos e transmitidos nomes já presentes na família e comunidade. Estratégias cujo acesso era possível dentro dos limites de uma sociedade estratificada e hierarquizada, configurando-se o nome como um patrimônio imaterial que confere prestígio ao seu portador de acordo com a sua posição em uma sociedade de desiguais. Com isso, o próprio acesso ao nome e a transmissão eram também desiguais.

Referências

AMORIM, Maria Norberta. Falando de demografia histórica... **NEPS:** boletim informativo, Guimarães, v. 33-34, p. 4-8, set./nov. 2003.

_____. Identificação de pessoas em duas paróquias do Norte de Portugal (1580-1820). **Boletim de Trabalhos Históricos**, Guimarães, v. XXXIV, p. 213-279, 1983.

BASSANEZI, Maria Silvia C. B. Registros paroquiais e civis: os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 141-172.

BLOCH, Marc. Noms de personne et histoire sociale. **Annales d'histoire économique et sociale**, [s.l.], v. 4, n. 13, p. 67-69, 1932.

BOURDIEU, Pierre. Da regra às estratégias. In: _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 77-95.

FERREIRA, Sérgio Luiz. “**Nós não somos de origem**”: populares de ascendência açoriana e africana numa freguesia do sul do Brasil (1780-1960). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.

_____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

HAMEISTER, Martha Daisson. Na pia batismal: estratégias de interação, inserção e exclusão social entre os migrantes açorianos e a população estabelecida na vila de Rio Grande, através do estudo das relações de compadrio e parentescos fictícios (1738-1763). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5, 2003, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Campinas, ABPHE, 2003. Disponível em:

http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_91.pdf. Acesso em: 15 maio 2010.

_____. **Para dar calor à nova povoação**: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133-161.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. 12. ed. Campinas: Papirus, 2012.

LIBBY, Douglas C.; FRANK, Zephyr. Naming practices in Eighteen- and Nineteen-Century Brazil: names, namesakes, and families in the parish of São José, Minas Gerais. **Journal of Family History**, Ottawa, v. 40, n. 1, p. 64-91, 2015.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 31, p. 13-20, jan. 2004.

MERCER, José Luiz da Veiga; NADALIN, Sérgio Odilon. Um patrimônio étnico: os prenomes de batismo. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 12-21, jul./dez. 2008.

PINA CABRAL, João de. Recorrências antroponímicas lusófonas. **Etnográfica**, Lisboa, v. 12, n. 1, p. 237-262, maio 2008.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Análise quantitativa de fontes paroquiais e indicadores sociais através de dados coletados para sociedades do Antigo Regime. **Mediações**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 106-124, jan./jul. 2013.

SERNA, Justo; PONS, Anacleto. O Buraco da Agulha. Do que falamos quando falamos da micro-história? In: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (orgs.). **Uma história em escalas**: a microanálise e a historiografia latino-americana. São Leopoldo: Oikos; Unisinos, 2012. p. 15-72.

SHAKESPEARE, William. **Tragédias**: teatro completo. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente da Felisberta**: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

Artigo recebido em 02/07/2015, aceito em 14/02/2016

No país dos ventos alísios: leituras sobre Henry Thomas Buckle no Brasil republicano (1880-1900)

Allejandro Gomes Romero¹

Resumo: A partir da leitura de *História da Civilização na Inglaterra* (1857), do historiador inglês Henry Thomas Buckle, e da presença que as ideias desta obra tiveram nos escritos de intelectuais no Brasil, este trabalho estuda e propõe reflexões sobre como alguns brasileiros desenvolveram sua visão da história considerando as ideias buckleanas sobre filosofia da história e civilização no Brasil. Para tal, são abordados três textos do período entre 1880 e 1900, de Sílvio Romero, Fausto Cardoso e Pedro Lessa. Além disso, o artigo também explora alguns apontamentos sobre a filosofia da história buckleana acerca da região dos trópicos, e do Brasil em especial.

Palavras chave: Henry Thomas Buckle, cientificismo, historiografia brasileira, historiografia inglesa, intelectuais brasileiros.

Abstract: From the reading of *History of Civilization in England*, of the English historian Henry Thomas Buckle and the presence that the ideas of this book had in the intellectual's writes in Brazil, this article studies and propose reflections about how some Brazilians developed their vision of History by considering the Bucklean's ideas in terms of philosophy of history and civilization in Brazil. For that, we discuss three texts from the period between the years of 1880 and 1990, by Sílvio Romero, Fausto Cardoso and Pedro Lessa. In addition, the article also explores some notes about Bucklean's philosophy of history about the tropics, and Brazil, in particular.

¹ Pesquisador bolsista de iniciação científica sob orientação do Prof.º Fernando F. Nicolazzi. Projeto de pesquisa apresentado no SIC - Salão de Iniciação Científica UFRGS 2013 e amparado pelo Conselho Nacional de Pesquisa Científica – CNPq. Estudante de graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: allejo.romero@gmail.com.

Keywords: Henry Thomas Buckle, cientificism, Brazilian historiography, English historiography, Brazilian intellectuals.

O historiador inglês Henry Thomas Buckle (1821-1862) foi um dos mais representativos intelectuais que caracterizaram a escrita cientificista da história no século XIX. Muitos dos aspectos mais conhecidos e destacados desse período de produção histórica, como a busca por leis gerais dos processos históricos e a forte influência das ciências naturais, surgem de forma muito expressiva na grande obra de Buckle, a *História da Civilização na Inglaterra* (dois vols. 1857-1865). No que diz respeito ao Brasil, assim como o positivista Auguste Comte e outros autores, Buckle também foi muito utilizado, e suas ideias apropriadas e citadas por diversos nomes da intelectualidade brasileira. Com efeito, como nos aponta Luciana Murari, a figura do historiador inglês foi muito presente entre autores brasileiros – principalmente no período entre 1870 e 1914 – e isso se expressa tanto em citações diretas como em críticas, ou até mesmo por seu uso de “forma relativamente velada, pois muitos autores empregaram a lógica e a terminologia buckleanas como se estes elementos pertencessem ao senso comum”².

Tendo em vista a importância que representaram estas leituras de obras de pensadores europeus na construção da historiografia brasileira - em suas formas de interpretar o Brasil - e a dificuldade da empresa de identificar todas as menções a Buckle do período, a

² MURARI, Luciana. Cultura ou natureza: a filosofia da história de Buckle. In: **Brasil, ficção geográfica**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007, p. 67.

pesquisa aqui disposta busca, através de um trabalho de caráter de história da historiografia brasileira, estudar como certos conceitos do historiador foram interpretados e utilizados por alguns intelectuais brasileiros do final do século XIX, a partir de três textos selecionados de um período entre 1880 e 1900, notadamente dos intelectuais: Sílvia Romero (1880), Fausto Cardoso (1895) e Pedro Lessa (1900). Assim como pretende também, de uma forma complementar, demonstrar, através da visão de Buckle sobre o Brasil, alguns temas da historiografia europeia oitocentista sobre a civilização nos trópicos.

Partindo de algumas características gerais da proposta do historiador inglês, podemos abstrair aspectos que nos serão importantes para compreender sua proposta de história. Primeiramente, o descontentamento com a postura epistemológica da ciência histórica, a partir de considerações sobre o ofício de historiadores de até então³ - ainda que o autor não fosse tão inovador quando postulava em suas propostas e também, de certa forma, estivesse inserido dentro de uma já não tão nova tradição empirista que, conforme Wolf Lepenies,

³ A historiografia inglesa por volta da metade do século XIX tinha por características uma grande tendência ao empirismo e a noção de que “a erudição, a compilação, a crítica fidedigna dos documentos e a separação completa entre o historiador e seu objeto poderiam por si mesmos estabelecer os fatos e a verdade histórica” (PETERSEN, Sílvia. O Empirismo e os Primórdios do Conhecimento Histórico Científico na Inglaterra In: *Introdução ao Estudo da História: Temas e Textos*. Porto Alegre: Edição do autor, 2013, p. 84). De historiadores importantes antes de Buckle dentro desta mesma vertente, podemos citar Macaulay, Carlyle e Acton, entre outros que constituíram essa corrente empiricista e crente na verdade absoluta das interpretações históricas em um período que, mais tarde, Edward Carr vai chamar de “idade da inocência” da historiografia inglesa (CARR, Edward H. *Que é História?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978).

“aprofundava suavemente na especificidade do processo histórico” e pudesse ser incluído dentro de uma “historiografia narrativa, da qual também eram exemplos notáveis Gibbon e Carlyle”⁴. O otimismo de Buckle, expresso na *Introdução Geral à História da Civilização na Inglaterra* (1857), demonstra claramente o quanto este acreditava que os inúmeros avanços nos dados coletados e pesquisas realizadas tornavam não só possível como imprescindível um estudo que almejasse explicações mais gerais do que seriam as *leis fixas e universais* da história das civilizações:

A infeliz peculiaridade da história do homem é que, embora ela tenha sido separada em partes que foram examinadas com considerável habilidade, quase ninguém tentou reuni-las em um todo e determinar a maneira como elas são conectadas umas com as outras. Em todos os outros grandes campos de pesquisa, a necessidade da generalização é universalmente admitida, e nobres esforços têm sido feitos para explorar os fatos particulares a fim de descobrir as leis pelas quais esses fatos são dirigidos.⁵

Sendo assim, haveria chegado o momento de compilar estes dados, anais e pesquisas em prol das descobertas das regularidades das ações humanas, objetivo este que os historiadores, na visão de Buckle, se abstinham de tomar para si, limitando-se a narrar sequências de acontecimentos sem se dedicarem a seus nexos explicativos

⁴ LEPENIES, Wolf. *As Três Culturas*. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da USP, 1996, p. 153 e 238.

⁵ BUCKLE, Henry Thomas. *History of Civilization in England*. London: J. W. Parker and Son, 1857, vol. I, p. 3 (tradução minha).

fundamentais. Sua obra, nesse ínterim, configura-se como uma tentativa de escrever esta grande história em escalas maiores de explicações.

Uma segunda e não menos importante entre as características centrais para a interpretação da proposta de Buckle é a que podemos verificar através da dependência quase hierárquica que deve condicionar a ciência histórica aos métodos e avanços das ciências naturais. Seja pelo expresso caráter dos cientistas naturais, seja pela capacidade de generalização, ou mesmo pela obtenção de resultados mais sólidos quando comparadas às ditas ciências do espírito, as ciências naturais surgem como mais do que parâmetros comparativos: surgem como ferramentas sem as quais não é possível desvendar-se essas leis físicas que regulam o desenvolvimento das ações da humanidade. Afinal, como o próprio início do primeiro capítulo da *História da Civilização na Inglaterra* deixa claro: “essas ações são regidas por leis mentais e físicas: portanto ambos os conjuntos de leis devem ser estudados e **não pode haver história sem as ciências naturais**”⁶.

A partir destas duas premissas básicas sobre seu pensamento, é possível refletir sobre algumas questões a respeito das apropriações de suas ideias por intelectuais brasileiros. Podemos afirmar que, por algum tempo, entre os séculos XIX e XX, as perspectivas científicas da história tiveram grande aceitabilidade no Brasil enquanto tendências interpretativas dos fenômenos sociais. Podemos afirmar também que

⁶ Ibidem, p. 1 (tradução e grifos meus).

Henry Buckle teceu suas teses deterministas a partir de um modelo de civilização inglês, que tomava a Inglaterra – enquanto potência internacional oitocentista – como um referencial de desenvolvimento tecnológico, econômico e social. Como reforça Valdeci Araujo, Buckle, assim como muitos de seus contemporâneos, nutria uma “crença excessiva no progresso e no papel modular da história inglesa”⁷. Sendo assim, foi consequentemente um determinismo ambiental que privilegiava geograficamente algumas regiões do velho mundo em relação a países que estariam em estágios mais “primitivos” do desenvolvimento da civilização. E neste ponto reside a peculiaridade da leitura destas teorias por brasileiros, pois se por um lado existiram convidativas portas de entrada a esses cientificismos, por assim dizer, também houve uma cômoda e interessada seleção de aspectos desejáveis destes, em detrimento de outros aspectos que não condiziam com, ou feriam o corpo intelectual e político brasileiro, bem como a capacidade de desenvolvimento social e o caráter da civilização nos trópicos.

A obra original em inglês, em dois volumes (1857-1865), ganhou já no mesmo ano de 1865 a tradução do primeiro volume para o francês, por A. Baillot. E embora tenha chegado ao Brasil muito antes (como demonstrado por citações), a primeira e única versão traduzida para o português foi publicada na virada para o século XX, em volume

⁷ ARAUJO, Valdeci. Henry Thomas Buckle. In: MARTINS, Estevão de Rezende. *A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 221.

único, por Adolpho Melchert em 1900. Pode-se pensar que a maior leitura de Buckle pelos intelectuais brasileiros⁸ aconteceu após a publicação da *Histoire de la civilisation en Angleterre* de Baillot, em virtude de o francês ser, no contexto da segunda metade do século XIX, a língua estrangeira mais aprendida por estes brasileiros.

No Brasil, segundo nos aponta Luciana Murari, as referências a Buckle começam a surgir com a chamada “Geração de 1870” da historiografia brasileira⁹, e são verificáveis até mesmo nas primeiras décadas do século XX e em grandes obras como *Os Sertões* (1902) de Euclides da Cunha. Em trabalho especialmente dedicado a estudar esta obra que se tornou clássica, Murari verifica as influências científicas da biologia e da geografia que, juntamente a um caráter nacionalista, moldariam a narrativa do escritor. Estas explicações de ordem natural e geográfica sobre o homem do sertão expressam-se principalmente na primeira parte da obra, denominada *A Terra*, e nas primeiras páginas da

⁸ Os intelectuais brasileiros deste período pertenciam às classes altas fazendo parte de uma elite econômica e política, e compunham círculos sociais com alguns aspectos bem definidos como, por exemplo, o “cosmopolitismo” das ideias. Como bem demonstra Angela Alonso, estes intelectuais alimentavam-se do repertório europeu através da experiência pessoal direta – como o caso dos diversos que tiveram sua formação clássica em Coimbra – ou pelas revistas de divulgação filosófica e literária, como a *Revue des Deux Mondes*, que era a publicação estrangeira de maior popularidade. Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*; a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980; e ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento*: a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

⁹ A “geração de 1870” foi basicamente a forma como ficaram conhecidos estes intelectuais da elite brasileira de fins do período imperial e se constituíram por um grupo de características em comum como alguns citados na nota anterior. A Geração de 1870 foi ricamente estudada por Angela Alonso em sua obra *Ideias em Movimento*: a geração de 1870 na Crise do Brasil Império (op. cit.).

segunda parte, *O Homem*. O determinismo do tipo natural e geográfico que caracterizou parte das interpretações científicas do século XIX na Europa é, no que diz respeito à obra de Euclides e ao que foi produzido no Brasil em geral, reflexo principalmente das ideias do historiador francês Hippolyte Taine (1828-1893) e da chegada ao Brasil do livro *Historia da Civilização na Inglaterra*, de Henry Thomas Buckle.

As diversas formas como as menções a Buckle surgem em diferentes autores brasileiros nos demonstram que houve, de fato, uma leitura crítica das considerações buckleanas sobre o Brasil e sobre a filosofia da história. Uma grande contribuição do estudo de Murari é a conclusão de que, apesar dessas diferentes leituras e das tentativas dos brasileiros de apontar e corrigir os equívocos e excessos de Buckle, não existe, com efeito, um considerável rechaço ou desaprovação da obra. Os intelectuais nacionais, em grande medida, consideraram coerentes e satisfatórias as suas ideias.

Como o exemplo do intelectual cearense Araripe Júnior (1848-1911), demonstrado por Roberto Ventura. Em artigo publicado em 1888, Araripe recorre eventualmente às teorias de Buckle para explicar as adaptações ao Brasil de obras literárias como *Germinal* (1885), de Émile Zola (1840-1902) e outras grandes representantes do naturalismo europeu. Em sua análise da história literária nos trópicos, Araripe concorda consideravelmente, salvo algumas correções pontuais, com as exposições de Buckle sobre a civilização brasileira. Para ilustrar isso, o trecho a seguir deixa clara a forma como existe este pensamento de

“justificativa válida” para o caráter brasileiro, no que diz respeito à produção literária:

É a descrição mais ou menos exata do Brasil. Temos uma população mórbida, de vida curta, achacada e pesarosa em sua mor parte. E que relação tem isso com a literatura brasileira? Toda. É o que explica a precocidade de nossos talentos, sua extenuação pronta, a facilidade que temos em aprender e a superficialidade de nossas faculdades inventivas.¹⁰

Mas por que motivo as leis gerais da história propostas por este historiador inglês foram tão presentes entre os pensadores do Brasil? Uma primeira resposta talvez viesse do fato deste dedicar algumas boas páginas da parte teórica de sua obra ao Brasil - sua formação e seu caráter. Contudo, é curioso notarmos que Buckle jamais veio ao Brasil, aliás, apenas deixou a Inglaterra para suas grandes viagens, como a em que conheceu muito do Oriente e, se tomarmos por base sua biografia escrita por um anônimo após sua morte¹¹, torna-se difícil até mesmo acreditar que sáísse com frequência de sua casa, a não ser que fosse em virtude das visitas regulares ao médico - ainda que tenha falecido em Damasco. Autodidata, Buckle ostenta um grande conhecimento enciclopédico e, nesse sentido, sua bibliografia de estudos sobre o Brasil baseou-se nas obras que lhe estavam disponíveis.

¹⁰ ARARIPE Jr, 1888 Apud VENTURA, Roberto. Civilização nos Trópicos. In: *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870, 1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 38.

¹¹ Cf. ARAUJO, op. cit.

Nas referências bibliográficas de estudos sobre o Brasil ele cita Swanson, Cuvier, Azara, Wunkler, Southey, Gardner, Spix e Von Martius, Somerville, Prichard, Walsh e Charles Darwin. Interessante notar que boa parte destes nomes realizaram viagens ao Brasil como observadores naturalistas e não com o propósito de traçar interpretações históricas ou políticas e sociais sobre o caráter brasileiro. O desconhecimento de Buckle o leva até mesmo a cometer pequenos erros ingênuos sobre o território brasileiro e sobre a própria história do Brasil – como quando impressiona o leitor falando das montanhas que são demasiadamente maiores do que no resto do mundo ou quando aponta que apenas existem cidades e núcleos habitacionais na região costeira em 1857 - o que não foi suficiente para afetar sua adesão entre os brasileiros que pensavam a história de seu país.

Buckle defendia que o condicionamento dos homens e do desenvolvimento das civilizações era denotado pelas pressões naturais a que estavam submetidos. Sendo assim, as leis físicas representadas pelo meio ambiente agiriam de forma determinante conquanto o espírito humano – por meio da civilização avançada – não o vencesse e se impusesse sobre estas pressões. Tal seria o caso de grande parte da Europa, onde essas pressões ambientais já não exerciam tanta influência devido ao estágio de civilização em que se encontravam os europeus. Na extremidade oposta, o selvagem ambiente tropical brasileiro seria o principal determinante que em muito diminuía ou anulava o desenvolvimento humano no território. Como Ventura bem demonstra,

essa perspectiva parece consoante às demais teorias contemporâneas ao historiador, que eram, com efeito, etnocentrismos que “idealizavam os padrões metropolitanos de civilização”¹². Para sintetizarmos aqui, basta dizer que para o historiador inglês, conforme sua descrição, o Brasil é um país fundamentalmente determinado por ventos que viriam do Atlântico rumo a oeste (os ventos conhecidos pela geografia como alísios), que, ao esbarrar nos Andes, se acumulavam sobre o país, ocasionando terríveis torrentes. A partir disso, conservam-se rios imensos onde não se enxerga a olho nu a outra margem, e desenvolvem-se selvas enormes que somadas a feras – também enormes – dominam o ambiente e inibem o progresso dos espíritos humanos. Para Francisco Foot Hardman, essa grande atribuição aos valores naturais e majestosos no espírito humano que surgem de forma tão expressiva em Buckle não são apenas reflexos de teorias científicas de alguns dos autores citados anteriormente, elas representam também uma grande valorização do majestoso e imaginário. De uma grande admiração e contemplação que exhibe o papel diminuto do homem, Buckle teria se inspirado, segundo Hardman, no filósofo orientalista Volney (1757-1820) e seus relatos fantásticos de viagens e experiências no Oriente próximo¹³, além, é claro, dos famosos escritos de Alexander Von Humboldt sobre sua viagem pela América, como cita Luciana Murari¹⁴. Vejamos este

¹² VENTURA, op. cit., p. 38.

¹³ HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade Antiga: sobre história e ruína em Euclides. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n. 10, 1996.

¹⁴ MURARI, Luciana. *Tudo o mais é paisagem*: representações da natureza na cultura brasileira. Tese (Doutorado) - USP, São Paulo, 2005. Disponível em:

trecho, onde depois de uma extensa lista de elogios à exuberância da natureza brasileira, Buckle conclui:

Esse é o fluxo e a abundância de vida pelo qual o Brasil parece estar marcado acima de todos os outros países da Terra. Mas, no meio dessa pompa e esplendor da natureza, nenhum lugar sobrou para o homem. Ele está reduzido a sua insignificância pela majestade da qual está rodeado. As forças que se opõem a ele são formidáveis, tanto que ele nunca foi hábil para ir contra elas, nunca foi hábil para correr contra a pressão acumulada. A totalidade do Brasil, apesar das imensas vantagens aparentes, permaneceu sempre como incivilizada; os habitantes vagando como selvagens, incapazes de resistirem àqueles obstáculos que a própria generosidade da natureza colocou em seu caminho. Os nativos, como muitas pessoas na infância da sociedade, são contrários ao empreendimento.¹⁵

Dessa forma, este país dos ventos alísios torna-se um dos exemplos por excelência da teoria buckleana. Um dos territórios onde melhor se poderia perceber a ação dos agentes ambientais limitando e subjugando a raça humana às condições pouco civilizadas de comportamento e organização. A comparação do Brasil com as grandes civilizações que se desenvolveram na América também surge em Buckle de modo a demonstrar como o ambiente para estes povos foi mais propício à criação e manutenção de grandes núcleos urbanos, políticos e econômicos, enquanto no Brasil as formas de organização

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-24042007-111238/pt-br.php>. Acesso em: 20/09/2013. p. 100.

¹⁵ BUCKLE, op. cit., p. 75 (tradução minha).

humana, não fosse a intervenção europeia que teria imprimido certo impulso ao desenvolvimento humano contra a natureza, resumir-se-iam ainda a pequenas aldeias ou bandos nômades.

Assim, a filosofia da história que se unia com os mais recentes preceitos científicos vestiu-se de verdade e naturalidade ao mesmo tempo em que fornecia um exemplo a ser seguido – o modelo civilizatório europeu – e de quebra trazia respostas para o que parecia ser o maior tormento característico do pensamento destes intelectuais e políticos brasileiros: o descompasso entre as potencialidades nacionais e o progresso verificado. Buckle evidenciava, com amparo das leis científicas, o porquê do atraso brasileiro, questão que era muito presente nas tentativas de interpretação do Brasil.

Em 1880, o sergipano Sílvio Romero (1851-1914), por ocasião de um concurso para professor de Filosofia no Colégio Pedro II, escreveu uma tese intitulada *Da interpretação filosófica dos fatos históricos*. Este texto, que teve seu embasamento teórico a partir de Henry Buckle, é um importante exemplo do reconhecimento que o autor possuía no meio intelectual brasileiro, mesmo 23 anos após a publicação de sua obra em inglês. Visto que a tese estaria submetida a uma avaliação acadêmica, utilizar convictamente as teorias buckleanas ao invés das de qualquer outro autor demonstra, com efeito, que se tratava de uma referência considerada válida e aceitável no começo da

década de 80¹⁶. Formado em 1873, no Recife, em Direito, Sílvio Romero teve destaque na política como deputado provincial e, em 1879, um ano antes do concurso, mudou-se para viver na corte, no Rio de Janeiro.

Embora sua família tivesse certa tradição no Nordeste, na Corte Sílvio Romero surgiu como um homem novo, sem o mesmo prestígio e o status de outros grandes nomes da intelectualidade e política locais. Sua carreira teve como traço principal justamente uma tentativa de afirmação, nesse contexto, como uma novidade que merecia ser respeitada e ouvida. Um inovador buscando legitimidade. Foi figura presente em grandes debates e discussões do período, o que chama atenção a outro fator: os embates filosóficos baseados na retórica e nos ataques pessoais e morais. Além disso, outra característica inerente ao final do século XIX nos pensadores brasileiros, o ecletismo intelectual, já se faz presente no vasto e variado conhecimento de Romero em diversas áreas científicas e filosóficas.

Sílvio Romero apresentou em seus escritos de crítica literária e filosófica uma oposição aos modelos anteriores de interpretação da

¹⁶ Em 1945, a tese clássica de Antonio Candido *O Método Crítico de Sílvio Romero* já apontava que, em geral, Romero aceitava as teorias de Buckle sobre o determinismo mesológico e a profunda ação das ciências naturais sobre as sociais. Segundo Antonio Candido, “na crítica a Buckle, fica evidente que aceita *grosso modo* o ponto de vista do pensador inglês (e) no caso do Brasil, acha fantástico o fato de tomar o clima como fator principal” (CANDIDO, Antonio. *O Método Crítico de Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, p. 95). Ao país determinado pelos ventos alísios, Antonio Candido ainda fará críticas em plena década de 1940 sobre sua crença na cientificidade das ciências exatas aplicadas às sociais, que seria um “exagero, ainda não de todo sanado nos nossos dias” (CANDIDO, Idem).

história. A então atualidade do positivismo refletiu-se na *Interpretação filosófica dos fatos históricos*, de Romero, na exposição de um tipo de trajetória das filosofias da história que rechaçasse as explicações providencialistas – baseadas na vontade divina, ou no que também aparece como estágio teológico -, as metafísicas e seus grandes sistemas explicativos sem base científica pautados nas descobertas das ciências físicas e naturais, e aquelas filosofias que apontam na direção do livre-arbítrio e do fatalismo. Embora, segundo o próprio Sílvio Romero, a ideia de visualizar na sociedade humana um todo complexo que se desenvolve por leis principais e imutáveis já é algo antigo, em geral estas sempre seriam baseadas em especulações de espíritos extravagantes cuja base verificável histórica não era possível. Essa falha ficaria mais patente quando postas à prova diante dos mais novos avanços da estatística e da ciência política e econômica. E isso culmina com uma necessidade de, entre os brasileiros, uma nova escrita da história que abarque os sentidos do desenvolvimento da civilização brasileira, porém baseada nos fatos históricos verificáveis. Nas palavras de Romero:

Onde estão os trabalhos de filosofia e mais ainda, os de filosofia da história devidos a penas brasileiras, que sirvam de apoio à solução que procuramos? Não existem! Não é sem motivo que esta lacuna é aqui propositadamente lembrada. Desde muito e, sobretudo em matéria filosófica, os nossos professores oficiais têm a veleidade de haver atingido o grau supremo da ciência humana, sem

darem-se, contudo, ao trabalho de o atestarem por fatos e publicações dignas de apreço.¹⁷

Por sua vez, o que Buckle escreve na *Historia da civilização na Inglaterra* explicita, em consonância, como já vimos anteriormente, uma necessidade presente de inovação na maneira de se escrever a história, buscando as leis do desenvolvimento das nações com base nos mais recentes avanços nas teorias científicas e na disposição de arquivos e anais. Nas palavras de Buckle:

Nosso entendimento da história sendo tão imperfeito, enquanto nossos materiais são numerosos, parece desejável que algo seja feito numa escala muito maior do que até agora foi tentado, e que um vigoroso esforço deveria ser feito para trazer esse grande departamento de pesquisa a um mesmo nível com outros departamentos, a fim de mantermos o balanço e harmonia do nosso conhecimento. É nesse espírito que o presente trabalho foi concebido.¹⁸

Nesse sentido, o próprio parágrafo com que Romero encerra sua tese demonstra intenção semelhante:

Quando não possamos já devassar largos horizontes intelectuais e produzir feitos perduráveis, abramos mão de nossos preconceitos e deixemos a crítica

¹⁷ ROMERO, Sílvio. *Da interpretação filosófica na interpretação dos fatos históricos*. Tese de concurso à cadeira de Filosofia do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, 1880, p. 145.

¹⁸ BUCKLE, op. cit, p. 4.

limpar o caminho obstruído por pobres e inúteis destroços.¹⁹

Embora a necessidade da confecção de uma obra desse caráter tenha se refletido na intenção de *História da Civilização na Inglaterra*, no caso de Romero, a tarefa da realização dessa grande obra é delegada aos demais historiadores brasileiros. Romero, ainda que a desejasse, não a escreveu. Seu caráter polêmico, em suas discussões políticas e filosóficas, também tomou parte na defesa de Henry Buckle em relação à crítica de Du-Bois Reymond. Aliás, de certa forma, podemos apontar que a principal oposição que Romero apresenta contra Reymond, contra seus contemporâneos pensadores franceses e contra os intelectuais brasileiros – que seriam influenciados pelas especulações filosóficas francesas – é centrada no ataque ao que seria simples retórica de floreios. O fisiólogo, segundo Buckle, seria um:

espírito eminente, porém que, como diz Häckel, tem a habilidade de dissimular a fraqueza de uma argumentação e a falta de profundidade do pensamento por uma miragem de teses e antíteses, por belas imagens e comparações floridas.²⁰

E em relação à tendência dos historiadores brasileiros: “O ponto de vista que predomina entre os nossos filósofos e historiadores, é ainda hoje o das amplificações retóricas, ao gosto de alguns modelos franceses”²¹. Além disso, quando Buckle criticou a produção histórica e

¹⁹ ROMERO, op. cit, p. 146.

²⁰ ROMERO, Ibidem, p. 152.

²¹ ROMERO, Ibidem, p. 154.

expressou-se com as seguintes palavras sobre os historiadores: “uma estranha ideia prevalece, [a de] que o negócio é meramente relacionar eventos, que eles podem ocasionalmente inspirar reflexões morais e políticas, como parecer provável que seja útil”²², Romero explicitou em sua tese: “a história, portanto, não deve mais ser uma simples exposição árida de fatos; tampouco poderá ser mais um estudo abstrato e inaplicável ao gosto das deduções de Hegel e consócios”²³.

De certa forma, poderíamos dizer que a necessidade de inovação política e filosófica que requeria o homem novo, também refletia o impulso pela vontade de aceitação do mesmo. Assim, Romero vê como imprescindível a essa nova postura intelectual uma perspectiva que adote a racionalidade e o conhecimento científico como valores principais. A moral e a tradição deveriam ser consideradas como fatores menores. Suas bases teóricas seriam Kant, Comte, Spencer e Buckle. É muito interessante notar como inovação teórica e intelectual coincidem, nesse caso, com necessidade de afirmação e legitimidade perante o corpo da elite política, econômica e intelectual²⁴ (que, nessa época, eram muito próximas). É mais interessante ainda dirigir o olhar ao contexto em que Buckle surgiu no cenário intelectual inglês e, sob dada perspectiva, traçar algum paralelo com a situação de Sílvio Romero. O

²² BUCKLE, op. cit., p. 3.

²³ ROMERO, op. cit., p. 153.

²⁴ Como muito bem aponta Angela Alonso, as ideias da elite intelectual brasileira devem ser consideradas como formas de pensar que estão imersas em práticas e redes sociais. Nas palavras da autora, “a apreensão do significado do movimento intelectual impõe ir além da reconstrução da lógica interna dos textos e inscrever sua produção doutrinária no processo sociopolítico em que surge” (ALONSO, op. cit., p. 38).

historiador inglês - embora não fosse completamente inovador ao utilizar leis que eram supostamente das ciências naturais - teve sua obra caracterizada por severas críticas aos historiadores contemporâneos seus; onde, segundo Araujo, “deplora-se uma historiografia empiricista, por demais apegada ao fato individual, incapaz de dialogar com os avanços das ciências naturais e mesmo com alguns campos de vanguarda como a Ciência Política e a Estatística”²⁵. Ao dar destaque para a valorosa contribuição de Buckle para o progresso da ciência histórica, Romero expõe:

Buckle demonstra que a simples educação moral é insuficiente para prevenir grandes catástrofes e injustiças se ela não é secundada por conhecimentos científicos. Prova-o com a Inquisição espanhola, cujos principais chefes eram indivíduos de uma vida casta e pura, mas cuja ignorância os deixava serem invadidos pelo mais atroz fanatismo.²⁶

O uso da referência a Buckle por Sílvio Romero acaba por contribuir com suas ideias sobre a relação entre moralidade ou tradição e outros elementos que surgiriam como mais importantes. Auxiliam-nos nessa compreensão algumas características de Romero ricamente exploradas por Rodrigo Turin, onde a valorização do novo, da novidade, enquanto “avanço” da ciência, não deixa espaço, em Romero, para a reverência a sistemas e doutrinas. Todas elas se submetem aos (e

²⁵ ARAUJO, op. cit., p. 220.

²⁶ ROMERO, op. cit., p. 153.

se dissolvem nos) critérios de observação e de crítica racional²⁷. E ainda quando demonstra que, no caso de Sílvio Romero e de seus contemporâneos, existe uma homologia entre suas experiências sociais e suas filosofias da história²⁸. Nesse caso, a convicção de Romero em relação às ideias de Buckle possuía uma dupla sustentação, isto é, como referencial acadêmico – tendo em vista seu uso na tese para o concurso, e como referencial pessoal de afirmação, segundo uma postura que deveria afirmar valores como “laicidade, meritocracia e autonomia”²⁹.

Um segundo momento interessante para a pesquisa sobre as leituras de Buckle no Brasil podemos verificar a partir do exemplo dos textos do sergipano Fausto Cardoso escritos para a *Revista Brasileira* durante o ano de 1895. O conjunto de textos denominado *A Ciência da História* traz uma nova grande referência a Buckle, contudo, com algumas características centrais diferentes, que fazem Cardoso surgir com uma nova postura de interpretação, já com um caráter bem diferenciado em relação a Sílvio Romero.

Sobre o autor, podemos dizer que se insere dentro de uma característica bem presente dos historiadores e pesquisadores brasileiros dos fins do século XIX, que é justamente suas múltiplas áreas de atuação, o que torna sempre dificultosa a tarefa de dizer o que eram exatamente alguns desses intelectuais. Fausto Cardoso foi, assim como

²⁷ TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

²⁸ Idem.

²⁹ Idem.

muitos dessa geração, um intelectual que atuava na política, na economia, na literatura, na crítica, na filosofia, no jornalismo e na poesia. Assim como Sílvio Romero, também ficou conhecido por suas polêmicas discussões e críticas audazes. Ainda no Império, atuava na política, e sua ligação ao Partido Republicano fazia de sua figura um representante da oposição crítica ao regime de Pedro II, o que, inclusive, em 1887, levou a sua destituição do cargo de promotor em Laranjeiras por políticos monarquistas que não o viam com bons olhos. Em Sergipe, com a República, Cardoso tem como alvo de suas críticas o governo local, que era monarquista e adere ao novo regime para se conservar no poder. Os anos entre 1892 e 1900 – já morando na capital, Rio de Janeiro - seriam o período em que Fausto Cardoso conseguiria se dedicar mais ativamente a seus escritos como poeta e pensador ensaísta; período este em que são publicadas as partes do artigo *A Ciência da História* em que nos deteremos aqui.

Em Fausto Cardoso, Buckle – que teria um “olhar de águia” sobre os materiais históricos - ainda surge como uma grande referência de pensador, citado ao lado de nomes como Spencer, e dentro de um prestigiado grupo de naturalistas. O caráter científico é predicado pelo intelectual sergipano à Filosofia da História buckleana, que surgiria como o principal representante de uma época:

A “historia philosophica” oferece esta vantagem aos que quizerem julgar do seu valor científico: resume-se em um só autor: Henrique Thomaz Buckle. Porque si Buckle não é o seu unico

representante, é, sem discussão, o mais completo, o mais perfeito órgão do pensamento que operou esta mudança na intuição naturalística da história. Verdade é que outros espíritos ocuparam-se do assumpto, antes e depois d'elle, mas, diante do sábio inglês, são estes tão pequenos, que, julgados pelo estalão de sua superioridade, desaparecem e não têm direito a menção. É que Buckle foi o unico que, sob as bases da theoria mesologica, tentou construir de modo serio e duradouro uma sciencia da historia. Medir, pois, o seu esforço, tomar o peso de seu trabalho, é apurar o valor scientifico da historia philosophica.³⁰

Na sua exposição, que também é, assim como em Romero, uma espécie de tratado filosófico sobre a possibilidade de a história se configurar como ciência, Cardoso, ao tratar de Buckle, dará mais atenção à questão de até onde o autor inglês conseguiu ir e quais as limitações ainda presentes à ciência da História. Para isso, apesar de demonstrar respeito e consideração à contribuição buckleana, Cardoso lidará com as imprecisões e com as impossibilidades com as quais Buckle se deparou e acabou por confessar dentro da *História da Civilização na Inglaterra*.

O autor sergipense, também em uma postura racionalista da história, descreverá os estágios de interpretação sociais que, segundo ele, também já haviam ultrapassado as explicações teológicas e metafísicas e careciam desse olhar com capacidade de síntese e que fosse apto para relacionar os eventos por eixos norteadores. Porém, a

³⁰ CARDOSO, Fausto. A Ciência da História. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, primeiro ano, tomo segundo, 1895, p. 295.

grande diferença, 15 anos depois de Romero, foi justamente apresentar uma sensível descrença na capacidade da história de chegar a leis gerais em seu atual estado de desenvolvimento. Segundo Cardoso, Buckle mesmo confessa que a história

ainda não está madura para as generalizações completas e finais, ou o que equivale ao mesmo, os factos históricos colligados e constatados, não são suficientes para se resolverem em princípios, e, muito menos, em uma formula capital.³¹

Entretanto, se a exposição de Fausto Cardoso não vai ao sentido de procurar ou predicar leis ao desenvolvimento do Brasil, demonstra que o caminho correto a se seguir – o da sociologia moderna – surge basicamente a partir da fusão das teorias fisiológicas deterministas da raça com as teorias deterministas do meio ou mesológicas. Estas últimas, tendo como principal representante de pensador o ilustre Buckle, e sua forma de transpor os conceitos geográficos de determinação do meio à História dos povos. Importante concluirmos que, em primeiro lugar, existe uma diferença no nível de interpretação da obra e do legado de Buckle, em relação ao que Sílvio Romero expunha; uma diferença que reside basicamente no fato de Romero incluir-se no tempo e na atualidade de Buckle, quando escreve em 1880, enquanto que, em Cardoso, verifica-se que a postura de creditar a Buckle o sucesso de teorias explicativas sobre o Brasil acontece em caráter de recapitulação histórica, ou melhor, aponta Henry

³¹ CARDOSO, *Ibidem*, p. 79.

Buckle como uma etapa do desenvolvimento das teorias sociais que culminam com a instituição da sociologia científica, tal como se apresenta em finais do século XIX e que, nos anos seguintes, se encarregaria de formular as explicações sociais do Brasil.

Como citado anteriormente, Fausto Cardoso dará atenção a algo que Sílvio Romero preferiu não comentar em sua tese: as limitações da *História da Civilização na Inglaterra*. Mas isso se dará com um grande apreço pelo autor e um sensível pesar pelo fato de um historiador tão talentoso não ter conseguido construir a grande síntese histórica pretendida. Assim, utilizará a citação de Buckle que precede os dois últimos capítulos da obra:

É uma penosa confissão esta, sei; mas é de meu dever fazel-a francamente aos meus leitores, porque não posso deixal-os suppôr que, nestas paginas, e nas seguintes desta historia, pretendo ter cumprido minha palavra e realizado minhas promessas. Todavia, espero effectuar alguma cousa que interessará os pensadores do nosso seculo e que servirá talvez de base à posteridade, para construir o grande edificio.³²

Assim o lamento de Cardoso exprimirá: “é realmente dolorosa esta confissão, em que vai o grito de agonia e de desespero de um dos maiores gigantes do pensamento humano”. Mas essa falha não se deverá ao acaso; às limitações de Buckle, Cardoso dará a sua explicação “científica”, isto é, apontará não para uma falha moral do historiador inglês e sim para um equívoco teórico, o equívoco de não considerar os

³²BUCKLE apud CARDOSO, *ibidem*, p.299.

fatores da hereditariedade psicológica. Com isso, segundo o sergipano, podemos perceber como o insucesso de Buckle não se deveu a utilizar uma teoria do tipo naturalista determinista e sim ao fato de desconsiderar outra. Logo, ele não teria pecado pelo determinismo mesológico, e sim deveria ter sido um determinista do meio e da psicologia hereditária. Estas duas características que a sociologia já utilizara conjuntamente com sucesso, e de que a história deveria fazer uso também. O grande erro de Buckle que o levaria à inconsistência, ao fracasso e à impossibilidade de concluir sua obra como uma *ciência da história* se deveria então a dar crédito demais ao determinismo do meio. E por que Fausto Cardoso, embora reconhecesse e utilizasse as ideias buckleanas, rechaçaria o que diz respeito apenas ao puro determinismo mesológico? Embora seja impossível chegarmos a uma resposta exata, podemos nos aproximar um pouco da produção e do pensamento do autor e fazer algumas observações. Sua vida, interrompida pelo assassinato com um tiro no meio da revolta pela ocupação do governo do Sergipe, no Palácio de Aracaju, foi de um ativismo político intenso. Seus ideais políticos demonstravam uma grande crença no progresso que o republicanismo traria a um novo Brasil que poderia se constituir; para isso, dever-se-ia combater antigos políticos que representavam velhos males como parasitas governantes e que, na República, utilizavam-se de jogos políticos para conservarem-se no poder. Tal era o discurso de Fausto Cardoso.

Ora, o determinismo geográfico de Buckle ia justamente de encontro com as ideias progressistas de Cardoso, que acreditava no desenvolvimento dos brasileiros dentro do republicanismo. Dessa forma, ele somou-se como um homem de seu tempo aos que davam crédito a essas teorias científicas e deterministas, ao mesmo tempo em que desacreditou a teoria de que um meio geográfico poderia determinar fundamentalmente o atraso e a falta de desenvolvimento e civilidade do Brasil. Expressando, assim, uma apropriação seletiva do pensamento de um autor, que começava a ser considerado (com base nos textos de Cardoso) como já ultrapassado nesse final de século.

Em 1900, já sob a presidência de Campos Sales na Primeira República, chegava enfim ao Brasil a primeira e única versão traduzida para o português da *História da Civilização na Inglaterra*. Nesse terceiro momento da leitura de Buckle no Brasil, outras correntes de escolas históricas já expressavam sua influência sobre os pensadores brasileiros, e a tradução feita por Adolpho Melchert não trazia grandes novidades a um público que já estava mais ou menos acostumado com as teorias naturalistas aplicadas às ciências sociais e à história. Entretanto, a chegada formal e em língua nacional da obra de Henry Buckle pode ser destacada por indicar, de certa forma, como veremos, de que maneira as ideias de Buckle dialogaram criticamente ou foram questionadas por outras teorias que já ocupavam certo espaço dentro do círculo intelectual brasileiro. Em São Paulo, para a publicação da obra feita pela Tipografia da Casa Eclética, Pedro Carneiro Lessa fora

convidado a escrever uma introdução da versão brasileira do livro de Buckle. Este texto, denominado *É a história uma ciência? Introdução à História da Civilização de Buckle* terá, como nos demonstra Ângela de Castro Gomes, alguma repercussão nacional e, mesmo quando da morte do autor, será citado como uma das grandes contribuições intelectuais do legado deste pelo periódico *O jornal*.

Para compreender melhor este ensaio de Pedro Lessa, que será republicado oito anos depois pela revista do IHGB com o título de *Reflexões sobre o conceito de História*, faz-se necessário um olhar atento ao autor, a suas posições e sua importância no cenário nacional da virada para o século XX. Nascido em 1859, na cidade de Serro, em Minas Gerais, formou-se em Direito em São Paulo no ano de 1883, e logo começou a manter relações com grupos de intelectuais da elite que representavam basicamente os moldes da dita “geração de 1870” dos historiadores brasileiros. Compartilhava com Fausto Cardoso os atributos de republicano e abolicionista e, além disso, tendências positivistas comuns à época. Com o golpe militar e a proclamação da República, Pedro Lessa ganhou grande importância como participante da Assembleia Constituinte de São Paulo e, posteriormente, como Chefe de Polícia da cidade. Embora não tenha seguido a carreira política, tornou-se muito famoso e notório dentro da elite como advogado, juiz do Supremo Tribunal Federal e também nos campos já mencionados destes intelectuais: nos ensaios, na literatura e na história. E foi essa ascensão e notoriedade que o levou à indicação para membro

do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1907, e para a Academia Brasileira de Letras, em 1910.

Sem dúvida, em relação a Sílvio Romero e Fausto Cardoso, Pedro Lessa foi o que, em seu ensaio, deu maior atenção, destaque (e páginas) para o papel significativo da obra de Buckle; isso se justifica em grande parte pelo fato de se tratar de uma introdução do livro, sendo que sua republicação posterior pela *Revista Brasileira* demonstra como foram expressivas e reconhecidas as palavras de Lessa sobre o historiador inglês. De tanta importância que o mineiro creditou à obra, chegou até mesmo a dividir a história em antes e depois de Buckle, em seu texto. Assim, escreveu três capítulos que se denominaram: *A História antes de Buckle*, *A História no conceito de Buckle* e *A História depois de Buckle*.

A História antes de Buckle consiste numa espécie de descrição das principais formas de se escrever a história da antiguidade até os modernos, conforme os conhecimentos de Pedro Lessa. Estas formas de concepção da história teriam evoluído até o positivismo, uma grande teoria que, formulada por Auguste Comte, teria levado a interpretação histórica a outro patamar. Lessa lamenta que Comte não tenha conseguido, enfim, escrever a grande obra de filosofia da história, tarefa esta de que Buckle se encarregou. *A História no conceito de Buckle* é exposta por Lessa, reproduzindo as principais teorias buckleanas e, principalmente, refutando as teorias de livre arbítrio e divina providência – questões estas que tomam diversas páginas do texto de

Lessa. Contudo, já neste capítulo pode-se perceber que postura tem Lessa em relação a Buckle; uma postura que encara a obra e a repercussão do historiador inglês não como atualidade, tampouco como um passado recente de contribuição para uma ciência da história que poderia ter se constituído no presente. Lessa, guardando respeito e consideração pela *História da Civilização na Inglaterra*, lerá Buckle como um “processo acabado”, isto é, como uma tentativa frustrada e já superada dos historiadores em constituir a grande ciência da história. A pergunta que dá título ao texto, “É a História uma ciência?”, acaba com uma resposta negativa de Lessa. Não uma negativa à utilidade da história, tampouco à sua importância ou validade, apenas uma negação da história possuir um grande corpo maior de leis, como as das ciências naturais, e como Buckle pretendia. Num contexto onde possivelmente a proposta de história da escola metódica já era conhecida entre os intelectuais brasileiros, o determinismo naturalista mesológico de Buckle já não correspondia a uma teoria válida, nem ao menos a um caminho correto a ser seguido e complementado. Decerto que as críticas à interpretação buckleana já estavam presentes desde Sílvio Romero e Fausto Cardoso, mas em Lessa elas surgem não como meras falhas, mas como limitações que foram naturalmente impostas a quem quis predicar leis de regulamento da história que não poderiam ser desvendadas.

Mas a descrença de Pedro Lessa na constituição da ciência da história mudaria dentro de alguns anos, pelo menos superficialmente, e talvez não de forma muito voluntária. Como nos demonstra Ângela de

Castro Gomes, quando o texto é republicado na *Revista do IHGB* tem seu título alterado para *Reflexões sobre o conceito de História*, um título um tanto menos agressivo ou crítico em relação à prática da história como ciência, da forma como era pretendida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual Pedro Lessa tornara-se membro. Ainda mais justificada a mudança do título quando pensamos na resposta dada por Pedro Lessa à questão “É a história uma ciência?”.

Se para os intelectuais brasileiros do começo do século XX já era consenso que o século anterior teria sido de grandes avanços científicos das ciências naturais, e os avanços das teorias sociológicas como um todo se somam a esse lugar comum, por outro lado expressa-se aqui também uma nova forma de ler e interpretar as teorias vindas do exterior, com os princípios do que pode ser considerado como uma leitura mais crítica em relação à origem das ideias; era o momento de expansão da crítica ao eurocentrismo científico que, nas exposições de Lessa, já era demonstrado pelas imprecisões de Buckle e suas teorias “impressionadas demais”.

É correta a afirmação de Ângela de Castro Gomes quando expõe que, no começo do século XX, até as décadas de 20 e 30

O “pensamento social brasileiro” (...) trabalhava com os paradigmas evolucionistas e cientificistas³³,

³³ Estas ideias que, longe de serem consideradas como apenas “absorvidas” ou “recebidas” pelos brasileiros, giram muito mais em torno de um diálogo interessado com base nos interesses locais. Assim, Angela Alonso afirma que “categorias como darwinismo, positivismo, spencerianismo e liberalismo sofreram apropriações, redefinições e usos políticos” (ALONSO, op. cit., p. 31).

mas interpretando-os continuamente, quer para aderir a eles em alguns aspectos, quer para negá-los, mais ou menos radicalmente. O que talvez constitua um diferencial para o caso do livro de Buckle, é o fato de ele ter analisado, em algumas páginas, o exemplo do Brasil, o que certamente produziu maior interesse, pesando para sua tradução e redação de um texto introdutório à sua publicação.³⁴

E após a virada do século ainda assim não verificamos um rechaço completo das ideias de Buckle, pois, como vimos anteriormente, elas ainda estarão presentes, por exemplo, nos *Sertões* de Euclides da Cunha e, ainda que não citadas diretamente, em vários outros autores brasileiros do período. Poderíamos dizer que em geral as teorias de Buckle, antes de tudo, tiveram sua grande leitura no Brasil oitocentista não apenas por servir a alguns interesses intelectuais ou pelo destaque que deu ao Brasil e, sim, simplesmente pela consideração geral de que as explicações sociológicas que assimilavam as ciências naturais estavam em grande visibilidade e ascensão em todo o ocidente. Como apontam Flora Sussekind e Roberto Ventura

O Cientificismo, que norteia um conjunto considerável da produção científica das três últimas décadas do século XIX e das primeiras deste século (XX), tem como um de seus pressupostos a homologia entre os diversos níveis da realidade, o que permite transpor categorias e asserções de um campo de conhecimento a outro. Essas transposições não são representadas pelo discurso científico como

³⁴ GOMES, Ângela de Castro. Apresentação. É a História uma Ciência? In: NICOLAZZI, Fernando (org.). *Fontes para o Estudo da História da Historiografia Brasileira: O Alvorecer da República, 1878-1934* (No Prelo), p. 79.

relações analógicas ou metafóricas. São tomadas como homologias entre as diversas representações do objeto do conhecimento, garantidas por uma pretensa universalidade do saber científico, que encobre o caráter analógico ou metafórico das relações estabelecidas.³⁵

Contudo, como vimos no caso de Buckle, não aconteceram de forma homogênea essas leituras dos brasileiros. Embora nossa intenção não seja descrever uma espécie de “ascensão e declínio” das teorias do historiador inglês no país, pode-se, de certa maneira, perceber de que forma os fatores como a atualidade da obra, repercussão, traduções para o francês e posteriormente para o português, suas explicações sobre o Brasil, além da posterior disseminação de outras teorias histórico-sociológicas foram moldando, enquanto fatores externos, a crítica da *História da Civilização na Inglaterra*. Mas não apenas fatores externos, e nem apenas a crítica, pois esse diálogo de usos construiu um discurso científico brasileiro e uma forma de pensar sociológica que, algum tempo depois, os pensadores brasileiros expressaram nas tentativas de explicação do atraso brasileiro e nas propostas de posturas futuras a serem tomadas. Se, segundo Wolfgang Iser, “é sensato pressupor que o autor, o texto e o leitor são intimamente interconectados em uma relação a ser concebida como um processo em andamento que produz algo que antes inexistia”³⁶, no caso dos leitores brasileiros de Buckle,

³⁵ SUSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e Dependência: Cultura e Sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Editora Moderna, 1984, p. 15.

³⁶ ISER, Wolfgang. O Jogo do Texto. In: LIMA, Luiz Costa. *A Literatura e o Leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 105.

em fins do Império e no alvorecer da República, produziu-se um modo de pensar que bebeu de Buckle a crença no discurso científico em relação ao de caráter moral, que representava as velhas ordens de privilégios e de nomes de uma elite intelectual e política associada ao Império e ao atraso, mas que, por outro lado, essa nova geração, com o olhar para o futuro, não se satisfez completamente com as considerações que determinavam o não desenvolvimento do país como crônico. Criando assim, com base em Buckle e em outros teóricos, uma espécie de discurso contra as tradições responsáveis pelos males dessa nação tropical dos ventos alísios e que projetava uma identidade nacional própria que deveria ser criada a partir de outros moldes – como o positivista, por exemplo, segundo alguns – que fossem baseados na cientificidade das análises, dos julgamentos e dos planos.

Referências

ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Valdei. Henry Thomas Buckle. In: MARTINS, Estevão de Rezende. *A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.

BUCKLE, Henry Thomas. *History of Civilization in England*. v. I. London: J. W. Parker and Son, 1857.

_____. *History of Civilization in England*. v. II. London: Appleton and Co., 1865.

_____. *História da Civilização na Inglaterra*. trad. Adolpho J. A. Melchert. 5 v. São Paulo: Tipografia da Casa Eclética, 1900.

_____. *Histoire de la Civilisation en Angleterre*. trad. A. Baillet. Paris: A. Lacroix, Verboeckhovenet Cie. Éditeurs, 1865.

CANDIDO, Antonio. *O Método Crítico de Sílvio Romero*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARR, Edward H. *Que é História?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARDOSO, Fausto. A Ciência da História. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, primeiro ano, tomo segundo, 1895.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

GOMES, Ângela de Castro. Apresentação. É a História uma Ciência? In: NICOLAZZI, Fernando (org.). *Fontes para o Estudo da História da Historiografia Brasileira: O Alvorecer da República, 1878-1934*. No Prelo, 2013.

HARDMAN, Francisco Foot. Brutalidade Antiga: sobre história e ruína em Euclides. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n. 10, 1996.

ISER, Wolfgang. O Jogo do Texto. In: LIMA, Luiz Costa. *A Literatura e o Leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEPENIES, Wolf. *As Três Culturas*. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da USP, 1996.

LESSA, Pedro. É a História uma Ciência? Introdução à Filosofia da História de Buckle. In: BUCKLE, Henry. *História da Civilização na Inglaterra*. 2 v. trad. Adolpho J. A. Melchert. São Paulo: Tipografia da Casa Eclética, 1899-1900.

MURARI, Luciana. Cultura ou natureza: a filosofia da história de Buckle. In: *Brasil, ficção geográfica*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.

_____. *Tudo o mais é paisagem*: representações da natureza na cultura brasileira. Tese (Doutorado) - USP, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-24042007-111238/pt-br.php>. Acesso em 20/09/2013.

PETERSEN, Sílvia. O Empirismo e os Primórdios do Conhecimento Histórico Científico na Inglaterra. In: _____; LOVATO, Bárbara. *Introdução ao Estudo da História: Temas e Textos*. Porto Alegre: Edição do autor, 2013.

ROMERO, Sílvio. *Da interpretação filosófica na interpretação dos fatos históricos*. Tese de concurso à cadeira de Filosofia do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, 1880.

SUSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e Dependência: Cultura e Sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Editora Moderna, 1984.

TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro*: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10266/000593678.pdf>. Acesso em 15/06/2013.

VENTURA, Roberto. Civilização nos Trópicos. In: *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870, 1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Artigo recebido em 11/02/2015, aceito em 19/12/2015